



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

CLECIA RODRIGUES DA SILVA ROCHA

**OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UFPB E A IMPORTÂNCIA DO ALUNO APOIADOR EM SEU
PROCESSO DE FORMAÇÃO**

João Pessoa

2023

CLECIA RODRIGUES DA SILVA ROCHA

**OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UFPB E A IMPORTÂNCIA DO ALUNO APOIADOR EM SEU
PROCESSO DE FORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura plena em Pedagogia
da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito para obtenção do título de
Licenciatura em pedagogia.

Orientador/a: Profa. Dra. Quézia Vila Flor
Furtado

João Pessoa

2023

R672d Rocha, Clecia Rodrigues da Silva.

Os desafios dos estudantes com deficiência visual no curso de Pedagogia da UFPB e a importância do aluno apoiador em seu processo de formação / Clecia Rodrigues da Silva Rocha. - João Pessoa, 2023.

62 f. : il.

Orientação: Quêzia Vila Flor Furtado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Deficiência visual. 2. Inclusão. 3. Pedagogia. I. Furtado, Quêzia Vila Flor. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 376-056.262(043.2)

CLECIA RODRIGUES DA SILVA ROCHA

**OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UFPB E A IMPORTÂNCIA DO ALUNO APOIADOR EM SEU
PROCESSO DE FORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura plena em Pedagogia da Universidade federal da Paraíba, como requisito para obtenção de título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: 13 /06 /2023

BANCA EXAMINADORA

Quêzia Vila Flor Furtado

Profa. Dra. Quêzia Vila Flor Furtado

Orientadora

Universidade Federal da Paraíba

Adenize Queiroz de Farias

Profa. Dra. Adenize Queiroz de Farias

Examinadora

Universidade Federal da Paraíba

Izaura M. A. da Silva

Profa. Dra. Izaura Maria de Andrade Da Silva

Examinadora

Universidade Federal da Paraíba

“Até aqui nos ajudou o Senhor”

I Samuel 7, 12.

AGRADECIMENTOS

Gratidão primeiramente a Deus por tantas graças alcançadas. Foram muitas lutas, renúncias a conquistas importantes e desafios físicos, emocionais e tecnológicos que valeram a pena enfrentar

A minha mãe Joana, que em vida me ensinou os valores mais necessários para uma vida digna e honrada e, ao meu Pai Severino, que sempre foi um exemplo para que eu jamais desistisse de algo. Para eles, a educação sempre foi o caminho para o exercício da verdadeira cidadania.

Ao meu marido Edivaldo, meus irmãos Radamés e Leonardo e minhas cunhadas Thatiana e Suênia, que sempre acreditaram em mim, sem me deixar desistir de nada.

A professora Dra. Quézia Vila Flor Furtado, minha orientadora, por toda a disponibilidade, a forma atenciosa, por todo o encorajamento, neste período e em sala de aula. Por nos inspirar e se importar com uma aprendizagem significativa, principalmente para com os estudantes mais marginalizados socialmente.

Aos professores Franco José e Giovanna Costa, dos quais presenciei amor, dedicação e reponsabilidade. As professoras Dislene, Ivaldete e Selma, por tanta generosidade em seus acompanhamentos e por toda confiança e motivação. Professores sempre dedicados em exercer uma prática pedagógica significativa, como nova profissional da educação, os tomo como exemplos.

RESUMO

Este trabalho apresenta dados importantes sobre o processo de inclusão social e educacional no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, e tem como objetivo geral identificar os principais desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência visual, durante a formação no curso de Licenciatura plena em Pedagogia da UFPB, e a importância do Aluno Apoiador na condução destes estudantes durante o processo. Para realização deste estudo foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativa, utilizando como método de coleta dos dados a análise bibliográfica e uma entrevista com questionário, que trouxe questões subjetivas e objetivas, para que através dos resultados levantados fossem compreendidos os desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência visual no Centro e, a relevância do apoio educacional. Foram entrevistados 6 estudantes do curso de Pedagogia, com deficiência visual total e baixa visão. Por meio da análise dos dados coletados, como resultados obtidos identificamos que os maiores desafios enfrentados pelos estudantes estão diretamente ligados à pouca acessibilidade para uma aprendizagem mais autônoma e a pouca inclusão no espaço educacional. O Aluno Apoiador surge neste processo como um importante mediador nas questões pedagógicas e sociais. Elucida-se a importância de um pensamento mais voltado para a inclusão, por parte de todos os envolvidos neste ambiente e uma alta necessidade de incrementos para a promoção da acessibilidade no Centro de Educação, bem como, um olhar mais sensível para as práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Deficiência visual; Inclusão; Pedagogia.

ABSTRACT

This work presents important data about the process of social and educational inclusion in the education center of the Federal University of Paraíba, Campus I, and its main objective is to identify the main challenges faced by students with visual impairments during their training in the full degree course. In pedagogy at ufpb, and the importance of the student supporter in guiding these students during the process. To carry out this study, a qualitative research was carried out, using bibliographic analysis and an interview with a questionnaire as a data collection method, which brought subjective and objective questions, so that through the results raised, the challenges faced by students with disabilities could be revealed. Center and the importance of educational support. Six students of the Pedagogy course, with total visual impairment and low vision, were interviewed. Through the analysis of the collected data, as results obtained, we identified that the biggest challenges faced by the students are directly linked to the little accessibility for a more autonomous learning and the little inclusion in the educational space. The student supporter emerges in this process as an important mediator in pedagogical and social issues. It clarifies the importance of thinking more focused on inclusion, on the part of all those involved in this environment and a high need for increments to promote accessibility in the education center, as well as a more sensitive look at pedagogical practices.

Keywords: Visual Impairment; Inclusion; Pedagogy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Deficiência visual:.....	34
Gráfico 2	- Cursando os períodos:	35
Gráfico 3	- Sobre o curso de Pedagogia.....	35
Gráfico 4	- Sobre a Inclusão no Centro de Educação	36
Gráfico 5	- Sobre o contexto pedagógico.....	36
Gráfico 6	- Sobre a acessibilidade.....	37
Gráfico 7	- Sobre o acesso ao NEDESP?	41
Gráfico 8	- Sobre o Capacitismo:.....	43
Gráfico 9	- Sobre o acesso ao Aluno Apoiador do CIA.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	-	Como chamar as Pessoas com Deficiência.....	18
----------	---	---	----

LISTA DE SIGLAS

CE	Centro de Educação;
CF	Constituição Federal;
CIA	Comitê de Inclusão e Acessibilidade;
CONSUNI	Conselho Universitário;
EE	Educação Especial;
GT	Grupos de Trabalho;
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;
LACESSE	Laboratório de Acessibilidade;
LAVITA	Laboratório de Tecnologia Assistiva;
LDB	Lei de diretrizes e bases da educação nacional;
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais;
NEDESP	Núcleo de Educação Especial;
PAED	Programa de apoio ao estudante com deficiência;
PCD	Pessoa com deficiência;
PRAPE	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante;
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
TA	Tecnologia Assistiva
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
UFPB	Universidade Federal da Paraíba;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	17
2.1.1	A pessoa com deficiência e a educação no Brasil: da educação básica ao ensino superior.....	21
2.2	A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E O ENSINO SUPERIOR.....	24
2.2.1	Conceito de Educação inclusiva e o Ensino superior.....	24
2.2.2	A Universidade Federal da Paraíba, o acesso das pessoas com deficiência e as políticas de inclusão.....	25
2.2.3	O Programa de apoio ao estudante com deficiência - Aluno Apoiador.....	27
3	METODOLOGIA	29
3.1	DELINEAMENTO DO TIPO DA PESQUISA.....	29
3.2	UNIVERSO, POPULAÇÃO DA PESQUISA	29
3.2.1	Sujeitos da Pesquisa	31
3.3	COLETA DE DADOS E INSTRUMENTO.....	31
3.3.1	Técnicas e instrumentos de pesquisa.....	32
3.3.1.1	Documentos existentes.....	32
3.3.1.2	Entrevistas com questionário.....	32
4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	34
4.1	CARACTERIZAÇÃO	34
4.2	DISCUSSÃO.....	34
4.2.1	Os sujeitos da pesquisa, a inclusão e a acessibilidade no Centro de Educação.....	34
4.2.2	Os desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência no CE.....	38
4.2.3	O estudante com deficiência e a importância do Aluno Apoiador.....	44
4.2.4	Sugestões propostas pelos entrevistados.....	49
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	54
	APÊNDICE A – Instrumento de Coleta.....	59

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial - EE, é marcada por barreiras no decorrer da história da educação brasileira, até conseguir garantir a seu público-alvo uma educação inclusiva. Durante muito tempo na história humana, as pessoas com deficiência passaram por processos de exclusão e marginalização social, e por segregação em ambientes não escolares, sem direito de receber a educação e a instrução. Com os avanços conquistados por persistentes lutas, hoje é garantido o acesso à educação na escola regular.

Receber uma educação que possibilite ao educando uma formação completa é um direito que foi conquistado durante a história após muitos avanços e retrocessos. A Constituição Federal - CF de 1988, bem como a Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB, Lei 9.394 de 1996 (BRASIL, 2018), garantem a todo cidadão brasileiro, como direito, uma educação integral que prepare o educando para pleno desenvolvimento educacional, formação para a cidadania e para o trabalho; nos padrões de qualidade para as condições físicas, pedagógicas e mobiliárias. Apesar das garantias legais, sabemos que ainda há muito a se fazer para que todos os alunos tenham as mesmas condições educacionais em todas as regiões do Brasil, principalmente no que diz respeito às barreiras encontradas durante o processo educacional, que se iniciam como barreiras espaciais e persistem até às barreiras sociais.

Para o estudante com deficiência no ensino superior, torna-se ainda mais distante conseguir alcançar uma educação propriamente significativa e inclusiva, até mesmo pelo fato de que, ainda existe no contexto social, uma visão capacitista em relação à pessoa com deficiência - PCD.

Apesar de todo o aparato legal propositivo de proteção aos direitos da pessoa com deficiência, a sociedade ainda demonstra que não está preparada para lidar com estudantes com marcas de diferenças – quando são aceitos e inseridos na vida escolar/acadêmica, esses, além das próprias limitações causadas pela deficiência, ainda são afetados por problemas de acessibilidade arquitetônica, e/ou de ordem socioeconômica e, principalmente, por preconceitos (SILVA NETO, 2021, p 16-17)

O resultado dessa relação entre as garantias legais e a realidade vivida pelos estudantes com deficiência, à qual o autor chama atenção é preocupante, uma vez que, as barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência são os principais fatores impeditivos para uma inclusão efetiva em todas as esferas da sociedade.

Convivendo com estudantes com deficiência durante o percurso acadêmico no Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, principalmente no período em

que atuei como aluna apoiadora, vivenciei momentos desafiadores, que de alguma forma foram limitantes para que os alunos pudessem concluir cada componente curricular com mais autonomia e menos apoio externo. A começar pela plataforma utilizada pela Universidade, o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA, que não permite acessibilidade auditiva pelos aplicativos de leitura de tela, ocorrendo também com muitos conteúdos disponibilizados por alguns docentes, que não são acessíveis para estudantes com deficiência visual, a exemplo de textos escaneados (já que o leitor de tela não consegue realizar leitura de imagens), análises de mapas, vídeos e imagens sem audiodescrição¹ e confecção de maquetes.

Um fator marcante vivenciado aconteceu em um componente curricular durante o período de isolamento social, uma situação muito dolorosa para a uma aluna apoiada com baixa visão, quando foi solicitada como atividade avaliativa a análise de um filme, que por ser Indiano teria tradução apenas por legendas. Mesmo expondo a dificuldade para a realização da tarefa não houve mudança na programação da disciplina, o que foi um constrangimento para a aluna, que realizou a atividade apenas por uma vaga descrição e resumos sobre o filme e, com muita dificuldade. Algumas adversidades para participar de trabalhos em grupos também são frequentes, já que muitos discentes não buscam uma socialização com estes estudantes, que acabam ficando um pouco limitados ao convívio com seus apoiadores.

Nestas situações impeditivas para pessoas com deficiência visual, a participação do aluno apoiador ocorre promovendo uma ação intermediária, principalmente para a comunicação entre o estudante e os demais. É o aluno apoiador que muitas vezes realiza leituras e discute os textos com o apoiado, faz a escrita manual e/ou digitação dos conteúdos e conduz este estudante pelos ambientes de lazer, alimentação, sanitários e demais espaços do Campus. Esta vivência junto aos estudantes com deficiência visual dentro e fora das salas de aulas no Campus, geraram inquietações que remeteram a seguinte questão: Quais os principais desafios enfrentados por estes sujeitos durante o processo de formação e, qual a importância do Aluno apoiador neste trajeto?

Com intuito de sanar tal questionamento, esta pesquisa tem como objetivo geral: Identificar os principais desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência visual, durante

¹ Tradução de imagens/cenas de maneira verbal, proporcionando uma narrativa que permita a interpretação, principalmente por pessoas com deficiência visual.

a formação no curso de Licenciatura plena em Pedagogia da UFPB, e a importância do Aluno Apoiador neste processo. Para chegar aos resultados foram traçados como objetivos específicos: Examinar os documentos legais que garantem os direitos dos alunos com deficiência no processo educativo; Entender o conceito de Educação Inclusiva e sua implicação no contexto social e pedagógico no ensino superior; e assim, Conhecer as dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência visual no CE da UFPB e a atuação do Aluno apoiador no processo de formação.

As diversas situações vivenciadas junto aos estudantes com deficiência visual durante a vida acadêmica, justificam a escolha por trazê-los como foco desta pesquisa. Apresentar as dificuldades enfrentadas diariamente por estes estudantes no processo educacional, se faz necessário para que se possa conhecer quais as barreiras que podem ser impeditivas na promoção de uma vida acadêmica mais autônoma para estes sujeitos. Neste contexto, é necessário também enxergar a presença do Aluno Apoiador no processo de inclusão e formação educacional destes sujeitos.

Outro fator relevante para a escolha deste público para este estudo é o fato de ser filha de uma pessoa com deficiência visual. Com cegueira total, meu pai, que hoje tem 65 anos, perdeu a visão aos 4 anos e, vivenciando enquanto filha todos os desafios por ele enfrentados, tanto de natureza capacitista como por falta de espaços acessíveis e/ou, pela não cultura da inclusão, foi perceptível enxergar um enfrentamento aos muitos preconceitos. De acordo com suas palavras, escutou de muitas pessoas que por causa da deficiência não seria “alguém”, lhe tendo sido negadas muitas oportunidades, mas, foi a educação que o proporcionou socialização, trabalho, dignidade e enfim, cidadania.

Este trabalho está estruturado em 5 partes, iniciando-se neste primeiro capítulo introdutório. No segundo momento, a fundamentação teórica faz uma reflexão histórica acerca das pessoas com deficiência, as lutas por direitos sociais e a educação destes sujeitos no Brasil. Ainda nessa segunda parte trazemos uma abordagem sobre a educação especial e inclusiva, o acesso ao ensino superior, a UFPB e suas políticas de inclusão. A terceira parte apresenta os recursos metodológicos utilizados para realização do estudo, informando o universo, os sujeitos e os instrumentos de coleta de dados da pesquisa. No quarto momento, apresentamos a caracterização dos dados coletados e estruturamos nossa análise. Na quinta parte apresentamos as considerações finais e concluímos o estudo.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Conhecer o processo histórico de luta das pessoas com deficiência, por aceitação humana e social, é o primeiro passo para entender a busca pelo direito à vida, uma vez que, durante um longo período da história, estes sujeitos eram eliminados e/ou rejeitados socialmente já ao nascer.

O acesso à educação e a inclusão social são fatores importantes para a promoção da socialização, a formação para o trabalho e a conquista pela cidadania.

2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ao longo da história, as pessoas com deficiência foram excluídas do convívio social por muito tempo, por serem consideradas em alguns períodos inválidas, incapazes, imperfeitas e até mesmo, obstáculos para seus familiares. Estas pessoas em alguns povos e comunidades tinham suas vidas ceifadas já ao nascerem, outras os abandonavam para que pudessem sobreviver pelas ruas mendigando.

Na antiguidade, muitas crenças e superstições surgiam em torno da pessoa que não apresentava as características físicas esperadas pela sociedade, uma vez que, o corpo e a beleza eram sinônimos de perfeição. Na era medieval, as pessoas com deficiência eram vistas como pessoas portadoras de “demônios”, sendo, portanto, consideradas malignas. Muitas sofriam humilhações em ambientes públicos. (KUTIANSKI, JÚNIOR, 2010). O autor ainda enfatiza:

Com a chegada do renascimento e o fim começo da transição do sistema feudal, os deficientes físicos começaram a tornar-se um problema de saúde pública, pois a igreja fiscalizadora e conservadora começava a perder seu poder de persuasão perante grande parte da sociedade. (KUTIANSKI, JÚNIOR, 2010, p. 108)

Até então vivendo totalmente excluídos, a partir dessa fase da história percebe-se uma leve mudança na forma de se enxergar os que eram considerados “inválidos”, ainda que, de maneira lenta, começaram a receber uma atenção por parte dos poderes públicos. Em caráter assistencial, passam a conviver em espaços reservados e entre si, mesmo que diante de muita precariedade, preconceitos sociais e segregados da vida comum.

No século XIV, com o Renascimento, e posteriormente no início da idade moderna (século XV em diante), a deficiência passa a ser analisada sob o viés médico e científico, no contexto geral das deficiências. O segundo paradigma tem início no século XIX até o início do século XX, e estava associado à enfermidade. Considerado como um período de Institucionalização, foi evidenciado nas prisões, nos asilos ou os

hospitais psiquiátricos, em que as pessoas ficavam enclausuradas por serem consideradas “marginalizadas”, doentes e deficientes, ficavam confinados, tendo como direito apenas atenção básica de abrigo, vestuário e alimentação. (SANTOS, VELANGA, BARBA, 2008, p. 319).

Nesta fase denominada como período de segregação, para estes sujeitos ainda não se garantiam nenhum tipo de projetos educacionais. Ainda que, no século XIX, algumas crianças com melhores condições sociais já pudessem estar recebendo algum tipo de educação nestas instituições ou com preceptores, não era uma educação estruturada.

O próximo período vivenciado pelas pessoas com deficiência, Sassaki (2002, p. 11) denomina como fase de integração, na qual os estudantes considerados aptos poderiam ser encaminhados para escolas comuns e classes especiais. Sobre a fase de integração, o autor traz:

Vista de outra maneira, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que a pessoa com deficiência deve procurar tornar-se mais aceitável pela comunidade. A integração sempre procurou diminuir a diferença da pessoa deficiente em relação à maioria da população, através da reabilitação, da educação especial e até de cirurgias, pois ela partia do pressuposto de que as diferenças constituem um obstáculo, um transtorno que se interpõe à aceitação social. (SASSAKI, 2002, p.12)

Em 1994, a Declaração de Salamanca, um documento elaborado na Conferência Mundial sobre educação, assegura que, pessoas com deficiência recebam uma educação inclusiva, na qual “pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, quando tiverem necessidades educacionais especiais e se encontrarem segregadas, têm o direito de fazer parte das escolas inclusivas e da sociedade inclusiva”. (SASSAKI, 2003, p. 4)

Estas passagens dos períodos de exclusão, segregação e integração até chegar a fase da inclusão, são marcos importantes na luta das pessoas com deficiência em todo o mundo. Fatos que mudaram a história destes sujeitos para a vida, garantindo-lhes o direito de viver e conviver nas escolas, bem como nos ambientes de trabalho e lazer social.

Outro fator que passou por muitas fases, que muito reforçaram preconceitos, foi a forma de tratamento às quais estas pessoas foram fortemente designados durante a história, até então chegarmos à maneira correta de tratamento, que é o termo Pessoa com deficiência. Sassaki, (2003, p. 1-4) apresenta a seguinte passagem histórica:

Quadro 1: Como chamar as Pessoas com Deficiência

ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS	VALOR DA PESSOA
-------	-----------------------	-----------------

No começo da história, durante séculos.	“os inválidos”	Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional.
Século 20 até ± 1960.	“os incapacitados”	Foi um avanço da sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade residual, mesmo que reduzida. Mas, ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em todos os aspectos: físico, psicológico, social, profissional etc.
De ± 1960 até ± 1980.	“os defeituosos; os deficientes; os excepcionais”	A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si sem reforçarem o que as pessoas não conseguiam fazer como a maioria.
De 1981 até ± 1987.	“pessoas deficientes”	Foi atribuído o valor “pessoas” àqueles que tinham deficiência, igualando-os em direitos e dignidade à maioria dos membros de qualquer sociedade ou país

De ± 1988 até ± 1993.	“pessoas portadoras de deficiência”	O “portar uma deficiência” passou a ser um valor agregado à pessoa.
De ± 1990 até hoje.	“pessoas com necessidades especiais”	De início, “necessidades especiais” representava apenas um novo termo.
Mesma época acima.	“pessoas especiais”	O adjetivo “especiais” permanece como uma simples palavra, sem agregar valor diferenciado às pessoas com deficiência.
Em junho de 1994.	“pessoas com deficiência”	O valor agregado às pessoas é o de elas fazerem parte do grande segmento dos excluídos que, com o seu poder pessoal, exigem sua inclusão em todos os aspectos da vida da sociedade. Trata-se do empoderamento.
Em maio de 2002. O Frei Betto escreveu no jornal O Estado de S. Paulo um artigo em que propõe o termo “portadores de direitos especiais” e a sigla PODE.	“portadores de direitos especiais”	Não há valor a ser agregado com a adoção deste termo.
De ± 1990 até hoje e além.	“pessoas com deficiência”	Os valores agregados às pessoas com deficiência são: 1) o do empoderamento [uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um] e

		2) o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência.
--	--	--

FONTE: (SASSAKI, 2003, p. 1-4)

Há ainda outra causa latente na disseminação do preconceito, que é a problemática do Capacitismo, que por questões históricas e, por falta de uma consciência inclusiva, perpassa os espaços de vivências sociais e amplia a ideia de não aptidão de um sujeito para exercer uma determinada atividade, em razão de sua deficiência.

O entendimento do capacitismo como política cognitiva visa ressaltar que este é mais do que um conjunto de ideias e crenças equivocadas, mas se caracteriza por práticas cognitivas de opressão, discriminação, interdição e atitudes de desinteresse que são tão enraizadas em nós, que se confundem com uma atitude natural. (KASTRUP, POZZANA, 2020, p. 36)

2.1.1 A pessoa com deficiência e a educação no Brasil: da educação básica ao ensino superior

A História da educação no Brasil é marcada por uma série de acontecimentos que se iniciam com uma escolarização dos povos indígenas pelos Jesuítas, que para poder efetivar a catequização desses povos em suas crenças, precisaram inicialmente ensinar a língua portuguesa e nela alfabetizá-los, começando assim o processo educacional no país. Com o passar dos anos, a educação torna-se um privilégio das pessoas pertencentes a alta sociedade, sendo restrita às pessoas negras de uma maneira em geral, e de difícil acesso àquelas de classe social baixa, tornando-se gratuita a instrução primária no Brasil, apenas na constituição de 1824.

A Constituição Federal de 1988, traz um marco importante para a educação, o Capítulo III, Art. 205, versa que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Dessa maneira, o documento garante que todo cidadão brasileiro receba uma educação significativa. Entende-se, portanto, que a promoção dessa educação independe de sua condição social, física e ou intelectual. (Brasil, 1988, *online*)

A partir de 1994 com a declaração de Salamanca, o direito ao acesso e permanência a um ambiente educacional inclusivo é afirmado mundialmente, para todas as crianças que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial.

3. O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. (UNESCO, 1994, p.3)

Mesmo com esses importantes documentos que norteavam uma educação escolar inclusiva, ainda existiam muitas escolas e classes especiais para os alunos com "necessidades educacionais especiais". Em 1996, com publicação da Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Especial passa ser uma modalidade da educação Brasileira.

CAPÍTULO V – Da Educação Especial Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1o Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2o O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3o A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4o e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (BRASIL, 2018, p. 39)

Tornar-se uma modalidade da educação foi um dos grandes avanços para o público-alvo da EE, uma vez que, assegura direitos específicos para uma educação que possibilite emancipação social, econômica e cultural, em um ambiente com acessibilidade e inclusão, desde a educação infantil e para ao longo da vida. Porém, no Brasil, o avanço das políticas para a Educação Especial só é marcado a partir de 2006, quando acontece a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência².

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que garantem monitoramento e cumprimento das obrigações do Estado, foram assinados, sem reservas, em 30 de março de 2007, em um gesto de total compromisso do governo brasileiro com a conquista histórica da sociedade mundial

² O Artigo 24 do Protocolo Facultativo, trata sobre o direito a uma educação inclusiva e cidadã, com participação efetiva, para todas as Pessoas com deficiência.

e, principalmente, com o desafio vencido pelos 24,5 milhões de brasileiras e brasileiros com deficiência. Foram redigidos cinquenta artigos que tratam dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, revestidos com tudo que se faz indispensável para a emancipação desses cidadãos. (BRASIL, 2007, p. 6)

A Lei no 13.146 de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi mais um marco histórico para a luta das pessoas com deficiência no Brasil, garantindo para estas pessoas: igualdade, não discriminação, proteção, Tecnologia Assistiva - TA³, eliminação de barreiras, dignidade e, entre muitos outros direitos, a presença de um profissional especializado no ambiente escolar:

Art. 3º (...) XIII – profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas; (BRASIL, 2019, p. 11)

A presença deste profissional de apoio no ambiente educacional além de ser uma grande conquista para a educação, é primordial no processo de inclusão social. Além de promover cuidados no que diz respeito a saúde e a qualidade de vida e, no auxílio dos conteúdos pedagógicos, este profissional atua como mediador entre o estudante apoiado e os demais sujeitos do ambiente escolar, em todos os níveis da educação em instituições públicas e privadas de todo país.

Estes avanços na legislação trazendo princípios e garantias para a aprendizagem e inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, elevou o número de estudantes nas salas de aula regulares em todo o país. No nível da educação superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2022, p.71) apresentou no último censo um aumento no número de matrículas de pessoas com deficiência, em 2011, havia 22.367 estudantes regularmente matriculados e em 2021, este número avançou para 63.404 mil estudantes.

Neste aumento no número de matrículas para o ensino superior, o Programa Incluir⁴ (2013), tem uma grande relevância, uma vez que, “O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes)”. (MEC, 2013, *online*)

³ Recursos, serviços e metodologias para acessibilidade e comunicação da pessoa com deficiência.

⁴ Para mais informações sobre o Programa incluir consultar o Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESu-2013. Disponível em: Portal MEC.

2.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E O ENSINO SUPERIOR

A Educação especial como modalidade que perpassa todos os níveis da educação nacional tem um papel importante para equiparar as condições pedagógicas de todos os estudantes em um ambiente escolar e acadêmico. Em 2011, O decreto 7.611/2011 dispõe:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II - aprendizado ao longo de toda a vida; III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; (BRASIL, 2011, online).

Para os estudantes público-alvo desta modalidade, a garantia do estado para com uma educação inclusiva, o aprendizado ao longo da vida e, a não exclusão aos sistemas educacionais sob a alegação da deficiência, promovem autonomia, emancipação e cidadania.

Para o ensino superior, o fato destes estudantes poderem estar inclusos em maior número, como vimos anteriormente, com direito a um profissional de apoio e garantia da eliminação das barreiras que por algum motivo sejam impeditivas, é de grande relevância histórica, tanto educacional quanto social e de reparação pelo longo período de marginalização social, econômica e cultural vividos por estes sujeitos.

2.2.1 Conceito de Educação Inclusiva e o ensino superior

Diferente da EE, que é uma modalidade da educação, a Educação Inclusiva é uma ação que envolve o pensamento social, cultural e humano, que deve levar transformação para a prática educacional.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola” (BRASIL, 2007, p. 5)

Esse conceito de educação inclusiva, fundamentada nos Direitos Humanos, se dá pelo fato de que, o conceito de inclusão é amplo e envolve muito mais que o público-alvo de pessoas com deficiência, mas, todo um grupo de pessoas que de alguma maneira, sejam marginalizadas socialmente.

As formas limitadas como as escolas e instituições ainda atuam, têm levado parcela considerável dos alunos à exclusão, principalmente das minorias – sejam elas sociais, sexuais, de grupos étnicos ou de pessoas com deficiência. A base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito à educação e que esta deve levar em

conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem. (ROCHA, MIRANDA, 2009, p. 28)

A instituição escolar tem como dever incluir e garantir que todos sintam-se inclusos, com participação efetiva e emancipação dentro e fora da escola, promovendo uma educação significativa e que possibilite mudanças que envolvem todos os participantes daquele contexto.

Neste sentido, pensar uma educação inclusiva vai muito além de enxergar as necessidades físicas, mas, as condições sociais, culturais e ambientais em que os sujeitos estão inseridos, o que demanda muito mais que a garantia de acessibilidade, mas, inclui um pensamento de igualdade, equidade e equiparação social. Lima (2006, p 43) afirma que discutir este tipo de educação envolve “estigmas e discriminações” vividas ao longo dos séculos, para com pessoas marginalizadas socialmente.

Há ainda um fator importante para a construção dessa educação que vai além de se discutir um ambiente inclusivo, mas, condições para que seja uma inclusão efetiva, caso contrário, torna-se o que Kuenzer (2005) denomina como inclusão excludente, uma prática mercantil reforçada por uma educação não significativa.

Na inclusão excludente, a ela dialeticamente relacionada: a inclusão excludente, ou seja, as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; (KUENZER, 2005, p. 92)

Portanto, entende-se que, para uma educação efetiva, é preciso considerar a história de vida dos indivíduos, manter um olhar sobre o presente e promover acesso significativo aos bens culturais, sociais, educacionais, acessibilidade, inclusão e autonomia, para que haja uma mudança na realidade destes sujeitos.

2.2.2 A Universidade Federal da Paraíba, o acesso das pessoas com deficiência e as políticas de inclusão

A Universidade Federal da Paraíba, de acordo com dados no sítio da instituição, iniciou suas atividades em educação superior em 02 de dezembro de 1955, tendo sua federalização aprovada em 1960. Desde sua criação, assumiu um importante trabalho na promoção da educação, por meio do ensino, pesquisa e extensão.

A UFPB garante o acesso dos estudantes com deficiência nos cursos de graduação de acordo com o que diz a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que garante a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. No entanto, não basta apenas o acesso, mas, é preciso garantir condições para que estes alunos consigam concluir a jornada acadêmica com êxito e para isto, a instituição apresenta programas e uma política para uma inclusão efetiva em todos os Campi.

Já década de 1970, o Núcleo de Educação Especial – NEDESP, (ainda que só venha a ser regulamentado apenas em 1990), já era um setor de destaque na instituição e iniciava uma atuação importante para a inclusão de pessoas com deficiência no Campus I da UFPB. Até os dias atuais, de acordo com seu regulamento, realiza um importante trabalho para inclusão dos estudantes:

As primeiras iniciativas surgiram nos anos 1970, na esteira da criação das Escolas de Audiocomunicação (para surdos e deficientes auditivos) e de Educação Especial da Paraíba (para pessoas com deficiência intelectual), que foram a ponta de lança para o movimento inclusivo na universidade, com uma disciplina do curso de Pedagogia chamada Educação de Excepcionais em 1976, ministrada por professores especialistas da visão (excepcional era a terminologia usada até o fim da década para designar as pessoas com deficiência). (UFPB, 2020, online)

Atualmente o Nedesp tem por objetivo:

Art. 2º - O Núcleo de Educação Especial tem por objetivos: I – Organizar, planejar, apoiar, elaborar e executar programas e projetos na área de Educação Especial relativos a pesquisa e extensão, para docentes e discentes da UFPB, e a comunidade em geral, de forma articulada com o ensino. II – Constituir um campo de investigação e de produção científica para professores do Centro de Educação e de áreas afins, por meio de projetos de pesquisa e de extensão; III - Ofertar serviços técnico-profissionais à comunidade universitária, em ação conjunta com os demais órgãos da UFPB; IV – Articular, com as diversas instâncias da UFPB, em particular com a PROGEP, a oferta de cursos de formação continuada ao pessoal docente e técnico administrativo, visando a sua permanente atualização; V - Divulgar e publicar material científico sobre estudos realizados na área de Educação Especial e realizar encontros científicos com o mesmo fim; VI - Alocar, dentro e fora da UFPB, bolsas e recursos financeiros que possibilitem a implementação de ações em vista do fortalecimento das políticas de inclusão escolar e social da pessoa com deficiência. VII - Fortalecer/ampliar as ações visando a inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior como também a visibilidade da temática nos diversos cursos de formação oferecidos pela UFPB. (UFPB, 2018, online)

O Nedesp é também um importante setor para os estudantes com deficiência visual, dando apoio direto e promovendo acessibilidade aos conteúdos pedagógicos.

A inclusão dos estudantes ganha um novo cenário em 2013, quando o Conselho Universitário – CONSUNI, institui por meio da Resolução nº 34/2013, a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB e cria o Comitê de Inclusão e Acessibilidade - CIA, momento

importante para a comunidade acadêmica como um todo, pois, passa a normatizar a inclusão como uma prática social, tendo como valores principais:

I. a inclusão vista como um processo de atender e de dar resposta à diversidade de necessidades de toda a comunidade universitária, através de uma participação cada vez maior na aprendizagem, nas relações interpessoais, nas decisões para a construção de uma cultura inclusiva; II. a acessibilidade entendida como “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação”, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; III. a integração dos setores da UFPB que tratam da Educação Especial, nas suas diferentes especificidades; IV. os direitos humanos e a igualdade de direitos de todos; V. o combate a todas as formas de discriminação baseada nas diferenças humanas; VI. a criação de oportunidades igualitárias de participação. (UFPB, 2013, p. 1)

Esta resolução apresenta o CIA como um elo importante entre a instituição acadêmica, os estudantes e todos os envolvidos neste espaço, que de alguma maneira, precisem de ações para eliminação das barreiras educacionais e sociais, para sua formação em todos os Campi. O CIA conta ainda com os Grupos de Trabalho – GT’s, para superação das barreiras: GT 1 Acessibilidade pedagógica, GT 2 Acessibilidade Arquitetônica, GT 3 Trabalho e Comunicação e GT 4 Acessibilidade atitudinal.

Além do trabalho realizado diretamente pelo CIA, a UFPB conta com outros setores e grupos de apoio de promoção da inclusão: Laboratório de Tecnologia Assistiva – LAVITA, (Departamento de Terapia Ocupacional/Centro de Ciências da Saúde), Laboratório de Acessibilidade – LACESSE (Departamento de Arquitetura/Centro de Tecnologia), Núcleo de Educação Especial - NEDESP (Centro de Educação).

2.2.3 O Programa de apoio ao estudante com deficiência - Aluno Apoiador

O Programa de apoio ao estudante com deficiência - PAED, da UFPB é uma das ações de assistência e promoção ao estudante realizados pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE, em conjunto com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade - CIA. A UFPB (2019, *online*) define o programa como: “O PAED visa a dar apoio pedagógico aos estudantes com deficiência através de acompanhamento de um estudante bolsista (chamado apoiador) do mesmo curso ou área que o estudante com deficiência”.

A Prape também assiste ao PCD com materiais permanentes para uso no Campus e pelo custeio das bolsas do Aluno Apoiador, para que este seja um facilitador dentro e fora da sala de aula, no auxílio da locomoção, no intermédio para os recursos adaptados, nas atividades

acadêmicas e socialização dos estudantes com deficiência, entre outras atividades que surgirem durante o processo educativo.

Este programa através da LDB n.º 9.394, de 1996, especificamente nos artigos 58, 59 e 60, que preveem o atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência nos diferentes níveis de ensino, além da Portaria 3.284, de 2003 que estabelece as condições básicas para a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior e o Decreto-Lei nº 5.296, de 2004, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, visa prestar assistência a todos os alunos da UFPB que possuam algum tipo de deficiência ou limitação. (CIA, 2016, p. 2)

Para participação no programa como apoiador é necessário ser aluno regularmente matriculado na UFPB, participar da seleção publicada em edital pelo CIA e obter a aprovação/classificação no processo.

Os Estudantes apoiadores assumirão atividades junto aos estudantes com deficiência, respeitando-se as peculiaridades e necessidades educacionais de cada área de deficiência ou alteração decorrente de sequelas físico motora, auditiva, visual, de transtornos funcionais específicos (TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e outras demandas pedagógicas. (CIA, 2016, p. 2)

Os alunos participantes do Paed recebem instrução inicial sobre cada deficiência na qual o/a estudante em que irão apoiar é diagnosticado, e participam a cada 15 dias de uma formação continuada. É preferencial que o estudante apoiador e estudante apoiado sejam do mesmo curso e/ou, da mesma área de conhecimento.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DO TIPO DA PESQUISA

A pesquisa realizada para este estudo é de caráter exploratória, que nas palavras de Gil, (2008, p. 27), permite desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Quanto a natureza é uma pesquisa qualitativa, que segundo Gonsalves (2011, p. 70), permite interpretar os fenômenos dando significados e possibilitando uma análise hermenêutica dos dados.

Dessa maneira, inicialmente realizou-se uma interpretação partindo da leitura bibliográfica e, por meio da coleta dos dados fornecidos pelos participantes voluntários, a realização de uma análise, chegando aos resultados da pesquisa.

3.2 UNIVERSO E POPULAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa de campo foi realizada no Centro de Educação da UFPB, Campus I, localizado no bairro Cidade Universitária, Joao Pessoa-PB.

Desde 1978 o CE desempenha o trabalho de ensino em graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão em educação. Por ser um Centro que atua diretamente na formação de professores e/ou profissionais que atuam com a pessoa com deficiência, é preciso observar as diretrizes estabelecidas pela Portaria n.º 1793, de dezembro de 1994, que recomenda:

Art.1.º Recomendar a inclusão da disciplina “ASPECTOS ÉTICO-POLÍTICO EDUCACIONAIS DA NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas. (BRASIL, 1994, p.1)

Para que seja possível a efetivação desta normativa no currículo de Pedagogia, o CE garante componentes curriculares, a exemplo de: Educação Especial, Teoria do Desenvolvimento Humano I e II, Avaliação e Procedimentos de Intervenção, Distúrbios da aprendizagem, Língua Brasileira de Sinais - Libras, Estágio Supervisionado em Educação Especial. A área de aprofundamento em Educação especial, tem promovido trabalhos de extrema relevância na formação dos futuros professores e no combate ao capacitismo, através de Professores Doutores, atuantes junto ao CIA.

O Núcleo de Educação Especial - NEDESP, é um núcleo subordinados ao CE que atua diretamente na assistência de estudantes com deficiência, com equipamentos de tecnologia assistiva. Para os estudantes com deficiência visual no Campus, o Nedesp realiza um importante trabalho de transcrição de textos, tanto para o formato digital como em braille.

O curso presencial de Licenciatura em Pedagogia, é um dos 7 cursos atualmente oferecidos pelo Centro, e objetiva a formação de profissionais para o magistério. Neste cenário, realizamos nosso trabalho de pesquisa com os estudantes com deficiência visual regularmente matriculados.

Sobre a deficiência visual, ela é classificada como cegueira, quando:

Do ponto de vista clínico, cegueira legal é definida por acuidade visual igual ou menor que 20/200 (escala optométrica de Snellen) ou campo de visão inferior a 20° no melhor olho. De forma funcional, é caracterizada pela perda total da visão, inclusive ausência de percepção de luz. (CIA, 2016, p. 17)

E como visão subnormal, ou baixa visão:

Especificamente considera-se baixa visão aquela em que a acuidade visual fica entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, ou ainda em que os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; (CIA, 2016, p. 22)

Além da classificação da cegueira e da baixa visão, a Lei nº 14.126 de 2021, Planalto (2021, *online*) passou a classificar a visão monocular⁵ como “deficiência sensorial, do tipo visual”.

importante também entender o uso das bengalas de apoio à locomoção, das pessoas com deficiência visual.

Bengala Branca: Identifica que a pessoa é cega, perda total da visão. Bengala Verde: Identifica que a pessoa tem baixa visão, não são cegas, somente enxergam com maior dificuldade, possuindo visão parcial. Bengala Branca e Vermelha: Identifica a pessoa que é surda e cega (surdocega). (FERREIRA, BRAZ, 2020, p.4)

E o uso do Sistema Braille utilizado para a escrita: “Sistema que utiliza seis pontos em relevo apresentados em duas colunas, formando sessenta e três símbolos. Esses símbolos podem ser aplicados em toda a escrita das pessoas com deficiência visual”. (FERREIRA, BRAZ, 2020, p.1)

⁵ Pessoa que enxerga com apenas um dos olhos e com acuidade visual igual ou inferior a 20%. (Câmara, 2021, *online*).

Necessário ressaltar que, além do sistema Braille, outros sistemas fazem parte do dia a dia da pessoa cega, como o assistente de voz talkback⁶ e dosvox⁷. Frazão et al. (2020, p. 85082-85083) apresenta alguns dos programas tecnológicos que são utilizados por pessoas com deficiência visual, para promover mais autonomia na acessibilidade, comunicação, locomoção, leitura e escrita, lazer, e demais aspectos da vida social. São alguns deles os leitores⁸ de telas de computadores: Jaws, Virtual Vision e NVDA; facilitadores de leitura de textos e livros: Braille falado, Mecdaisy⁹, Braille Fácil; leitores de imagens BrainPort¹⁰. Entre outros.

De acordo com dados fornecidos pelo CIA, no período 2022.2 (ofertado no primeiro semestre de 2023), o curso presencial de Pedagogia registra 14 estudantes com deficiência visual, sendo 8 com cegueira total e 6 com baixa visão ou visão monocular. Destes, 5 são usuários de braille. O total de estudantes matriculados no curso é de 1.346 estudantes ativos.

3.2.1 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são os alunos com deficiência visual regularmente matriculados na modalidade presencial do curso de Licenciatura em Pedagogia, que aceitaram participar como voluntários neste estudo.

Foram entrevistados 6 estudantes, o que corresponde a um percentual de 42,85% do total de estudantes com deficiência visual matriculados neste período regular. A identificação dos estudantes voluntários participantes será descrita na análise e na descrição dos resultados como E1, E2 seguindo-se até E6.

3.3 COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS

Para obtenção dos dados para análise foi realizada uma pesquisa de natureza bibliográfica para conhecer o histórico de lutas e direitos adquiridos pelas pessoas com

⁶ Recurso tecnológico de voz, para acessibilidade nos smartphones.

⁷ Recurso tecnológico de voz, para acessibilidade nos computadores.

⁸ Plataformas para leitura de tela em computadores.

⁹ Tecnologia que permite produção textual em computadores.

¹⁰ Tecnologia que permite traduzir imagens.

deficiência, uma ampla revisão acerca de toda documentação que rege a EE e das políticas de inclusão da UFPB.

Para entender os possíveis desafios enfrentados pelos sujeitos neste ambiente educacional, foi realizada uma entrevista e como instrumento para a coleta de dados foi aplicado um questionário, que fora previamente estruturado.

3.3.1 Técnicas e instrumentos de pesquisa

3.3.1.1 Documentos existentes

A análise dos documentos foi realizada com a finalidade de conhecer a legislação que rege a modalidade da Educação Especial, os direitos sociais e educacionais das pessoas com deficiência, bem como, as políticas de inclusão da UFPB, para aprofundar o conhecimento sobre o tema.

3.3.1.2 Entrevistas com questionário

Para realização da coleta de dados foi utilizada como técnica a entrevista, que de acordo Gil (2008, p. 109), “é uma forma de interação social. Mais especificamente é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. O instrumento questionário foi utilizado para dar base e apoio durante a entrevista com os participantes voluntários. Para Gil, (2008, p. 121), o questionário é uma técnica de investigação com propósito de obter informações sobre uma diversidade de interesses, podendo ser aplicado para autorrespostas pelos participantes ou questionários aplicados com entrevistas. Para este estudo optou-se pelo questionário aplicado com entrevista.

Foram entrevistados 6 estudantes do curso presencial de Pedagogia do CE, no período de 23/04/2023 a 12/05/2023, com data, horário e locais reservados previamente sendo, 1 de maneira presencial e 5 por meio remoto via reunião por *google meet*. Foi explicado para cada participante o motivo da pesquisa, seus objetivos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e todas as questões, objetivas diretas, objetivas com possíveis justificativas subjetivas e subjetivas diretas. Dos 6 estudantes, após a explicação dos dados 2 dos

entrevistados optaram por responder as questões posteriormente com o auxílio do aluno apoiador e os demais (4 entrevistados) responderam de imediato.

O questionário para aplicação durante as entrevistas foi elaborado previamente e formulado com objetivo de entender a satisfação dos estudantes com relação ao curso de pedagogia, a acessibilidade dos recursos materiais e pedagógicos, a inclusão no Centro, e principalmente, a relevância do Aluno Apoiador durante a formação dos estudantes no Campus.

A aplicação do questionário foi o último estágio para a obtenção dos dados para o estudo, todos os estudantes foram esclarecidos de todas as etapas da pesquisa, concordaram com TCLE e receberam uma cópia das respostas pelo e-mail informado à pesquisadora/entrevistadora.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO

A apresentação dos dados será realizada por tópicos, primeiramente trazemos a caracterização dos sujeitos e seus posicionamentos sobre o curso de pedagogia quanto a inclusão e acessibilidade no CE. No segundo momento discutimos os desafios que os estudantes enfrentam, relatados durante as entrevistas e por fim, a relevância da presença do aluno apoiador segundo os próprios estudantes apoiados.

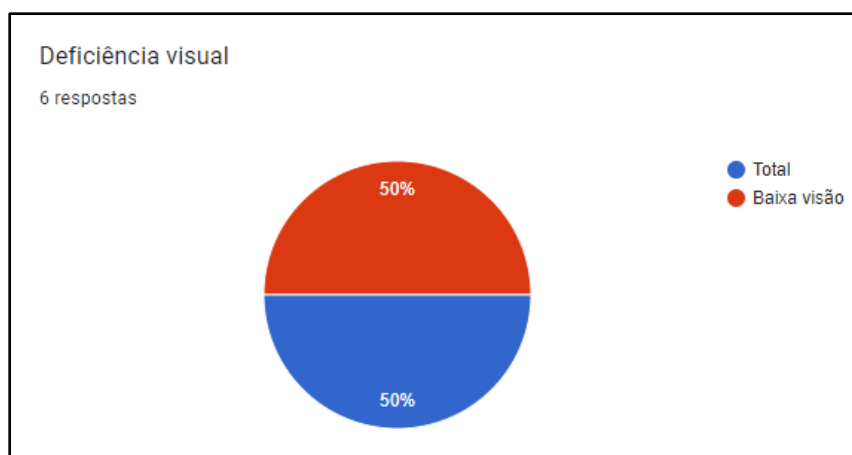
Trazemos ainda algumas sugestões propostas pelos próprios estudantes, para as questões da inclusão e acessibilidade no CE.

4.2 DISCUSSÃO

4.2.1 Os sujeitos da pesquisa, a inclusão e a acessibilidade no Centro de Educação

Como apresentado anteriormente, os estudantes participantes da pesquisa são alunos do curso de pedagogia com deficiência visual. Dos 100% dos entrevistados (6 estudantes), 50% informaram ter deficiência visual total e os outros 50% baixa visão, um total de 3 estudantes para cada percentual de resposta.

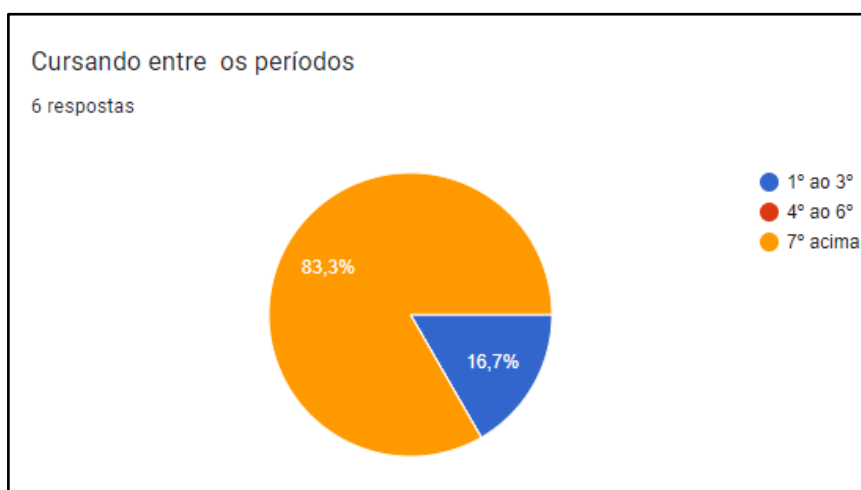
Gráfico 1 - Deficiência Visual



Fonte: Pesquisa da autora

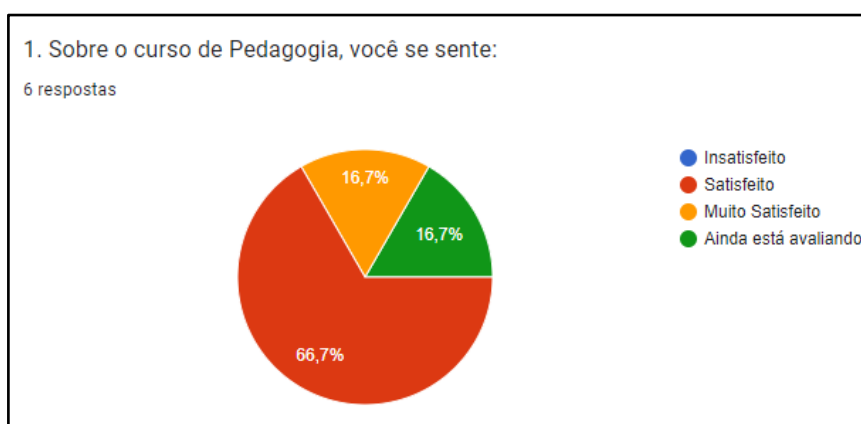
Dos estudantes entrevistados, 16,7% (1 estudante) está cursando entre o 1º primeiro e o terceiro período, os outros 83,3% (5 estudantes) já estão acima do 7º período. Os estudantes foram questionados também sobre o grau de satisfação em relação ao curso de Pedagogia e 66,7% do total de entrevistados (4 estudantes) sentem-se satisfeitos quanto ao curso, 16,7% (1 estudante) muito satisfeito e 16,7% (1 estudante) ainda está avaliando. (Ver gráficos 2 e 3)

Gráfico 2 – Cursando os períodos



Fonte: Pesquisa da autora

Gráfico 3 – Sobre o curso de Pedagogia



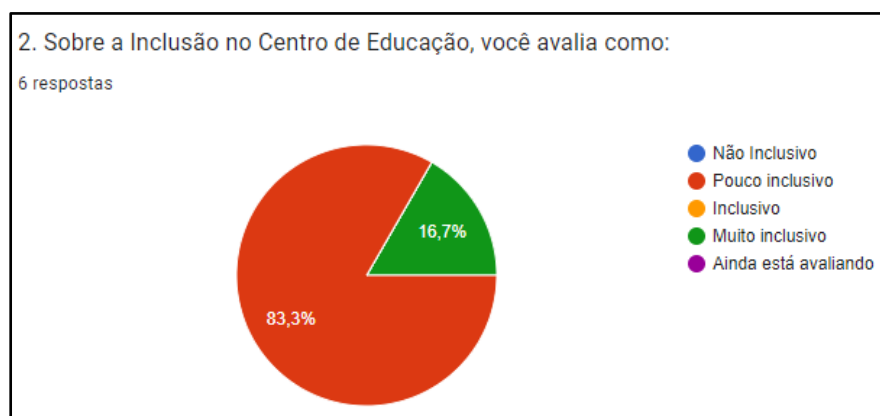
Fonte: Pesquisa da autora

Diante destas respostas, entende-se que os entrevistados estão em maioria em fase final no curso de Pedagogia e sentem-se satisfeitos com a escolha da graduação, o que é bastante positivo no que diz respeito a vida pessoal e profissional de cada estudante, bem como para o curso de um modo geral.

Buscando entender sobre a inclusão e a acessibilidade no CE, fizemos os seguintes questionamentos entrevistados:

Questão 2: “Sobre a Inclusão no Centro de Educação, você avalia como: Não inclusivo; Pouco inclusivo; Inclusivo; Muito inclusivo; Ainda está avaliando.” 83,3% (5 estudantes) dos entrevistados responderam que consideram o CE pouco inclusivo e 16,7% (1 estudante) respondeu que considera o ambiente muito inclusivo.

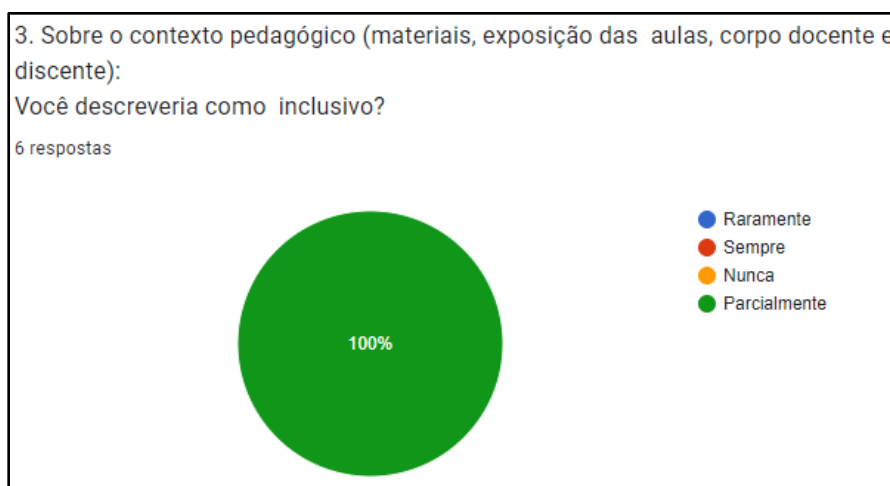
Gráfico 4 – Sobre a inclusão no Centro de Educação



Fonte: Pesquisa da autora

Questão 3: “Sobre o contexto pedagógico (materiais, exposição das aulas, corpo docente e discente): Você descreveria como inclusivo?” Raramente; Sempre. Nunca. Parcialmente”. 100% dos entrevistados (6 estudantes) responderam que consideram este contexto parcialmente inclusivo.

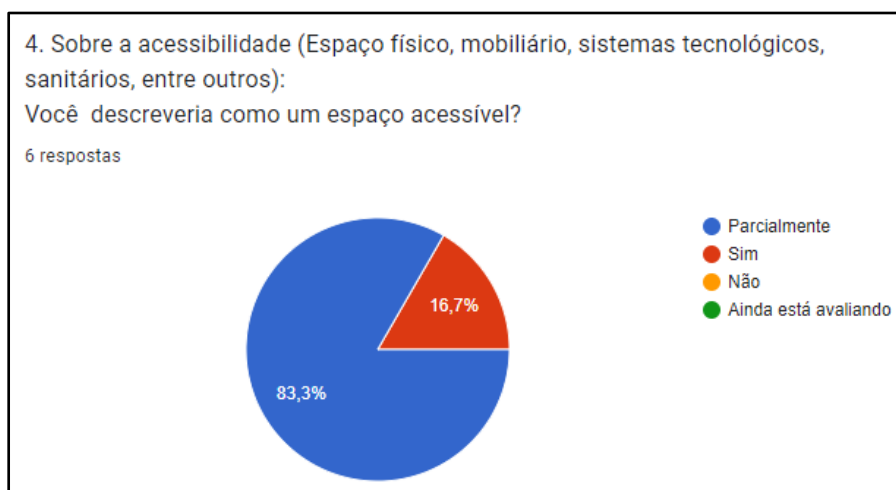
Gráfico 5 – Sobre o contexto pedagógico



Fonte: Pesquisa da autora

Questão 4: “Sobre a acessibilidade (Espaço físico, mobiliário, sistemas tecnológicos, sanitários, entre outros): Você descreveria como um espaço acessível? Parcialmente; Sim; Não; Ainda está avaliando”. Para esta questão, 83,3% dos entrevistados (5 estudantes) responderam parcialmente e 16,7% (1 estudante) respondeu que sim.

Gráfico 6 – Sobre a acessibilidade



Fonte: Pesquisa da autora

A inclusão e acessibilidade nos ambientes educacionais é o objetivo da Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva – PNEE, de 2008, que para assegurar aos estudantes público-alvo da EE um ambiente inclusivo em todos os níveis da educação, atuada seguinte maneira:

Orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p 14)

A garantia da acessibilidade para as pessoas com deficiência em todos os ambientes é também um direito legal, instituído pelo Estatuto da Pessoa com deficiência, (p. 32), Título III, Capítulo I, que sobre a educação profissional e superior, o. 55 versa:

Art. 55. A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na

rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade. § 1º O desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral. § 2º Nas hipóteses em que comprovadamente o desenho universal não possa ser empreendido, deve ser adotada adaptação razoável § 3º Caberá ao poder público promover a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior e na formação das carreiras de Estado. § 4º Os programas, os projetos e as linhas de pesquisa a serem desenvolvidos com o apoio de organismos públicos de auxílio à pesquisa e de agências de fomento deverão incluir temas voltados para o desenho universal. (BRASIL, 2019, p.32-33)

Sobre o desenho universal ao qual trata a esta Lei, bem como a Lei 10.098 de 2000, que estabelece normas sobre a acessibilidade, a NBR:9050 da ABNT, coloca como princípio:

Este conceito propõe uma arquitetura e um design mais centrados no ser humano e na sua diversidade. Estabelece critérios para que edificações, ambientes internos, urbanos e produtos atendam a um maior número de usuários, independentemente de suas características físicas, habilidades e faixa etária, favorecendo a biodiversidade humana e proporcionando uma melhor ergonomia para todos. (ABNT, 2015; p. 139)

Portanto, sobre a inclusão e a acessibilidade nos espaços e transportes públicos e para os conteúdos e materiais pedagógicos, entende-se que é um direito garantido ao PCD e a funcionalidade deste direito é um dever das instituições públicas e privadas. A formação de professores também precisa contemplar todas as condições para a promoção de uma educação especial e inclusiva por meio de componentes curriculares que discutam esta problemática, de preferência interdisciplinarmente, além de capacitação continuada que possibilite ao profissional compreender as particularidades deste público de maneira significativa.

4.2.2 Os desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência no CE

Para conhecer os possíveis desafios, entender melhor e contextualizar as questões acerca da inclusão e da acessibilidade dos estudantes com deficiência visual no CE, visando fundamentar as respostas às questões subjetivas anteriores, trouxemos questões subjetivas complementares para que o entrevistado, apresentasse os principais pontos que considerasse desafios e/ou pontos que considera positivos para cada quesito.

Sobre a inclusão no Centro foi questionado:

Questão 3.1: “Sobre o contexto pedagógico: Em relação a questão 3, descreva os principais desafios que enfrenta durante a formação e o que considera como pontos positivos no processo de inclusão”. Obtivemos como maioria (3 entrevistados), respostas que trazem como principais desafios os conteúdos pedagógicos não acessíveis, principalmente em sala de aula. Vejamos:

Os desafios são os conteúdos com imagens que não são acessíveis, imagens que não são descritas. A inclusão em sala não existe muitas vezes, quando ocorre trabalho em grupo me sinto excluído (a) pelos alunos que não querem grupo. Em seminário os professores precisam entender que os outros alunos não nos dão condições. Eu tranquei uma disciplina porque me senti excluído da turma e dos conteúdos. Positivo alguns professores que trabalham a inclusão e com conteúdos acessíveis. (E2)

Alguns professores esquecem da adaptação dos slides e textos digitalizados que acabam sendo os piores. Ex: fonte, tamanho etc. Vídeos legendados para atividades. (E3)

Os professores passam vídeos inacessíveis. As vezes sim e vezes não colocam texto em PDF. Os professores não sabem lidar com os alunos, alguns professores perguntam como pode ser a dinâmica e depois que eu falo adaptam materiais para mim. (E4)

Apesar de apresentar as dificuldades com relação aos materiais e os conteúdos pedagógicos ou processos em sala de aula, dois entrevistados trazem pontos muito importantes que vivenciaram durante o processo educativo e que consideram positivos e inclusivos.

Vejamos as respostas:

Só um dos professores que eu tive não era inclusivo, até as correções de prova ele fez errado, disse que eu não marquei a opção correta e anulou a questão. Chegava, escrevia no quadro e passava slide, mandava ir embora. Os materiais deveriam ser sempre em PFD¹¹ e para acesso às respostas em WORD RTF¹², que é mais legível para smartfone (leitor de tela) e notebook (NVDA)¹³. Pontos positivos foram alguns professores: um (a) de sociologia que teve interesse em aprender a ler e escrever Braille, Um (a) de história, com conteúdos adaptados as minhas necessidades, Um (a) de Corpo, ambiente e educação, inclusivo (a) com os conteúdos, Um (a) de ensino de matemática, com ensino e material adaptado, entre outros. (E5)

A gente tem uma série de professores agora, que trabalham com essa temática, estão levantando a bandeira da pessoa com deficiência e têm trazido uma nova dinâmica no que diz respeito a discussão dos materiais e para a conscientização do corpo docente e discente, das pessoas com deficiência. (E6)

O Entrevistado 1 não respondeu a esta questão.

¹¹ Formato portátil de documento - PDF

¹² Documento do Word com formato diferente do doc. Formato rico de texto – RTF.

¹³ Plataforma para leitura de tela.

É importante refletir sobre a necessidade de se observar as vivências destes estudantes no Campus, uma vez que os relatos são muito pertinentes em relação a falta de comportamentos inclusivos, por parte de todos os envolvidos neste espaço educacional. Quando o entrevistado relata que sente dificuldades em se relacionar em grupos, ou que não se sente incluso na explanação dos conteúdos por parte da prática docente, percebe-se que é preciso realçar a importância das políticas de inclusão social e educacional dia a dia, para que realmente ocorra uma mudança de comportamento e uma consciência inclusiva.

É necessário compreender que há uma garantia legal que trata sobre o a responsabilidade institucional em desenvolver práticas inclusivas, conforme Título II - CAPÍTULO IV do Estatuto da pessoa com deficiência (p. 19-20), sobre o direito a educação o “Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” e, o parágrafo I reforça a garantia de se promover um “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida”.

Sobre a acessibilidade perguntamos:

Questão 4.1. “Sobre a acessibilidade: Em relação a questão 4, descreva os principais obstáculos que encontra e que em sua opinião torna o ambiente não acessível e o que considera como pontos positivos para a acessibilidade no Campus”. E1 e E3 não responderam a esta questão. Os demais entrevistados responderam:

Banheiro não acessível, auditório, não tem piso tátil, tem pouca acessibilidade. Positivo no banheiro é que tem rampa e a sala tem carteiras, que dá pra sobressair (E2)

A questão é que fizeram uma reforma e só no CCHLA¹⁴ tem piso tátil e no CE não tem, quando passa a Praça da Alegria e chega na Praça Marielle, não tem mais o piso tátil¹⁵. Os banheiros são adaptados aos cadeirantes, para deficiência física. (E4)

Nas salas não tem a numeração em braille sinalizando o número ao lado da porta, que pode ser em emborrachado (alto relevo), piso tátil tem no CCHLA e no CE com maior número de pessoas com deficiência visual não tem, os banheiros são acessíveis. (E5)

O alunado cego sofre com o que diz respeito ao SIGAA¹⁶, é preciso torná-lo disponível para o uso de leitores de tela, a gente fica na

¹⁴ Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

¹⁵ Piso com caracterização específica e diferenciada em alto relevo, possibilita percepção por pessoas com deficiência visual.

¹⁶ Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA

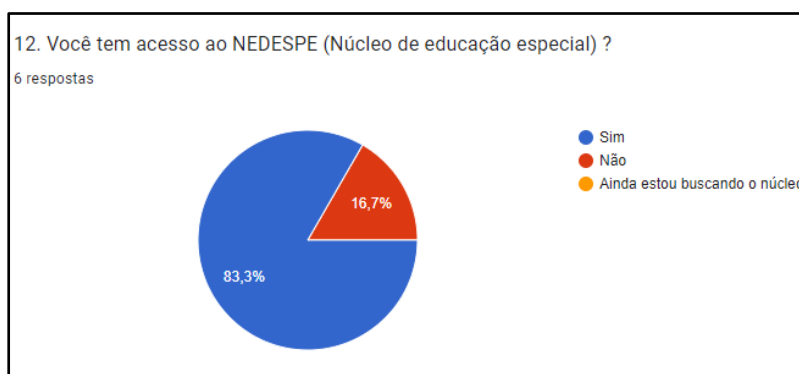
dependência dos apoiadores. A gente não tem autonomia para subir os documentos nos sistemas. (E6)

Diante destas respostas, chamamos a atenção novamente para os direitos a acessibilidade instituídos legalmente os quais frisamos anteriormente, principalmente no que diz respeito ao estatuto da pessoa com deficiência no Título III - CAPÍTULO I (p. 32), que traz a acessibilidade como um “direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”.

Sobre estas ações de promoção a acessibilidade e inclusão que são garantidos ao estudante, principalmente no diz respeito aos conteúdos pedagógicos, o CE conta com o Nedesp que, como explicado anteriormente, é um núcleo subordinados ao Centro e presta assistência as pessoas com deficiência no Campus. Sobre o Nedesp Questionamos aos entrevistados:

Questão 12. “Você tem acesso ao NEDESP (Núcleo de educação especial)?” 83,3% dos entrevistados (5 estudantes) afirmaram que sim, apenas 1 estudante, 16,7% dos entrevistados, não tem acesso ao núcleo.

Gráfico 7 – Sobre o acesso ao Nedesp



Fonte: Pesquisa da autora

Buscando entender melhor as atribuições do Núcleo para o processo educativo dos estudantes e questionamos:

Questão 12.1 “Caso positivo para questão anterior, relate a relevância do NEDESP em seu processo de formação”? O entrevistado E3 não respondeu a esta questão, como justificativa dos demais, obtivemos:

É imprescindível pois proporciona a impressão em braile dos conteúdos e/ou a digitalização dos mesmos para uso com tecnologias assistivas. (E1)

Muito pouco. (E2)

Com a transcrição dos textos do PDF para o Word. (E4)

É suficiente. (E5)

É substancial, eu que faço uso do braile sempre estou enviando material de textos para transcrição em braile. (E6)

A maioria dos estudantes apresentam o Nedesp como um espaço de relevância para a acessibilidade dos conteúdos, ainda que um dos entrevistados afirme que utiliza pouco, os estudantes entrevistados recebem apoio do núcleo, sendo apenas um dentre os 6 entrevistados a afirmar, por motivos não informados, que não tem acesso a estes serviços.

Questionamos se os entrevistados gostariam de relatar algum ponto não elencado em nossa entrevista por meio da seguinte pergunta:

Questão 13. “Sobre o seu processo de formação no Centro de Educação, existe outros fatores que considera barreiras impeditivas¹⁷ e que gostaria de relatar”? Tivemos as respostas a seguir, com exceção de E5, que preferiu não responder a esta questão:

O que considero inconvincente é a adoção de filmes enquanto atividades (acaba sendo dificultoso para o apoiador fazer uma audiodescrição simultânea). (E1)

A gente tem que se superar, se for ficar se martirizando não dá. Temos que buscar sempre. (E2)

Ir para a aula a noite está sendo o meu maior desafio devido a minha baixa visão, mas, infelizmente não obtenho ajuda financeira e tenho que fazer estágio em uma escola pois moro sozinho (a) e tenho que arcar com minhas despesas. (E3)

As barreiras que passei na universidade são arquitetônica, a acessibilidade é muito pouco. (E4)

Não costumo falar e relatar as barreiras, são visíveis, mas encaro de boa, contornando e encarando. (E6)

Apesar de um maior número entre os entrevistados relatarem que existe algum tipo de barreira, física e/ou atitudinal, percebe-se pelas respostas alguns dentre eles optam por seguir e enfrentar tais obstáculos, com o propósito de conquistar seus objetivos na universidade.

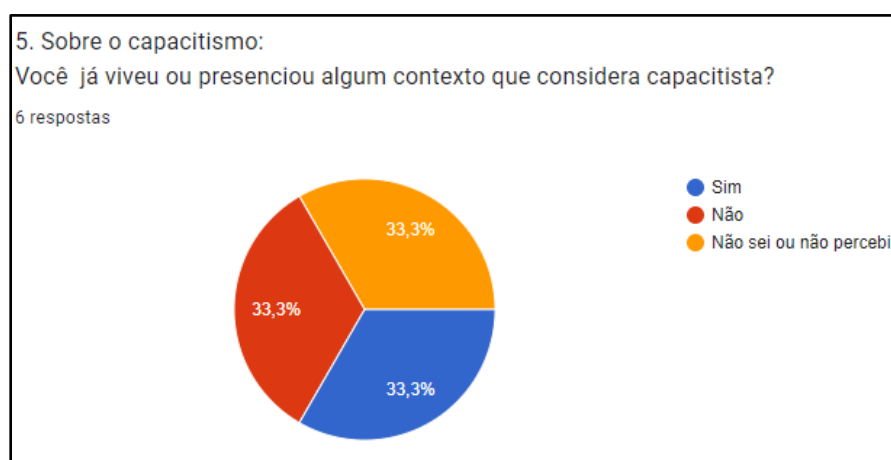
¹⁷ Obstáculos impeditivos, que podem ocorrer das mais diversas formas, seja por atitudes, comportamentos, de comunicação, do espaço arquitetônico, urbanas, culturais, sociais, entre outros.

Finalizando estas questões sobre acessibilidade e inclusão, buscamos entender sobre o capacitismo, que é um dos maiores desafios sociais que a pessoa com deficiência enfrenta diariamente. Sobre a prática capacitista questionamos:

Questão 5. “Sobre o capacitismo: Você já viveu ou presenciou algum contexto que considera capacitista? Sim, Não ou, Não sei ou não percebi”.

O percentual de repostas foi o mesmo para cada opção, respectivamente, 33,3% dos entrevistados (2 estudantes) responderam que Sim, Não e, Não sei ou não percebi.

Gráfico 8 – Sobre o Capacitismo



Fonte: Pesquisa da autora

Questão 5.1. “Sobre o capacitismo: Em relação a questão 5, poderia descrever algo que vivenciou ou presenciou e que considera uma prática capacitista”? E4 e E5 responderam: “Não presenciei”. Os demais entrevistados responderam:

As pessoas comumente acreditam que eu não sou capaz de me locomover sem auxílio no corredor principal da universidade. (E1)

Infelizmente eu procuro não contar sobre minha deficiência pois sempre ficam com "pena", me tratam como um (a) "coitadinho (a)" e é nítido que me tratam "bem" quando sabem da minha deficiência. “Ah, mas você é deficiente visual como vai se formar e caso queira atuar na sala de aula, acha que dá conta?” O que eu mais escuto. (E3)

Não lembro. (E2)

Não Percebi. (E6)

Apesar da minoria responder ser vítima ou ter presenciado de alguma forma práticas capacitistas, as respostas comprovam que de alguma maneira este pensamento e

comportamento está presente no Centro de Educação, o que revela também uma realidade social.

Fazendo uma reflexão sobre esta questão do capacitismo, durante as entrevistas com os estudantes fui por eles questionada sobre do que exatamente se trata uma postura capacitista, para minha surpresa, a maioria dos estudantes não conhecia ou não entendia de maneira clara sobre o termo. A Câmara federal dos Deputados em seu sítio institucional traz um glossário para todos os termos que definem a acessibilidade, entre eles explica o capacitismo.

Capacitismo: ato de discriminação, preconceito ou opressão contra pessoa com deficiência. É barreira atitudinal. Em geral, ocorre quando alguém considera uma pessoa incapaz, por conta de diferenças e impedimentos corporais. O capacitismo está focalizado nas supostas ‘capacidades das pessoas sem deficiência’ como referência para mostrar as supostas ‘limitações das pessoas com deficiência’. No capacitismo, a ênfase é colocada nas supostas ‘pessoas capazes’, as quais constituem a maioria da população e são supostamente consideradas ‘normais’. (CÂMARA, 2019, online)

Diante dos questionamentos dos estudantes acerca do capacitismo, entende-se que o termo precisa ser melhor compreendido por toda a sociedade. Para isto, precisa ser debatido com frequência dentre as pessoas com deficiência, que são os principais sujeitos vítimas de maneira direta e indireta desta prática, bem como, em todos os espaços sociais, principalmente os ambientes educacionais, uma vez que, a cultura do preconceito ainda é muito presente em nossa sociedade e é preciso ampliar os debates para conscientização e para a promoção de uma sociedade inclusiva.

4.2.3 O estudante com deficiência e a importância do Aluno Apoiador

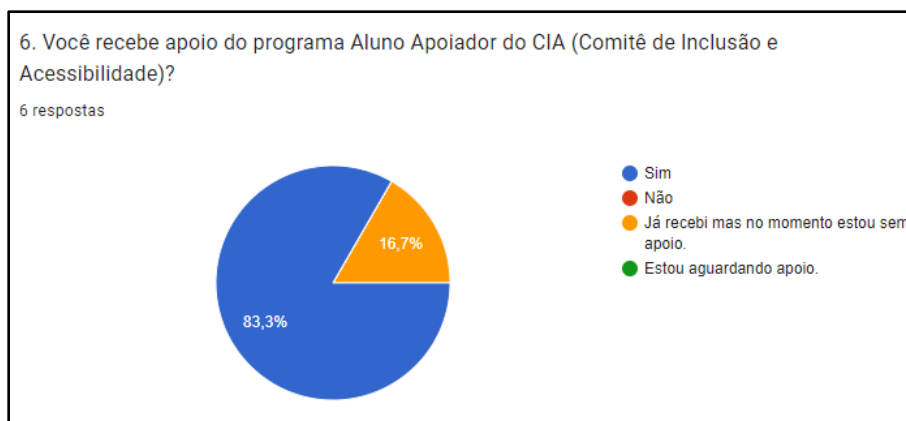
Buscado entender a relevância do Aluno Apoiador no processo de formação do público-alvo deste estudo, foram pensadas questões que apontassem a quantidade de apoiadores necessárias para o apoio a cada estudante, quais as principais atividades realizadas por estes apoiadores e a visão da importância que cada estudante tem em relação ao apoio. Assim perguntamos:

Questão 6. “Você recebe apoio do programa¹⁸ Aluno Apoiador do CIA (Comitê de Inclusão e Acessibilidade)”? 83,3% dos entrevistados (5 estudantes) recebem apoio do

¹⁸ Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência – PAED.

programa, apenas 16,7% (1 estudante) respondeu que já recebeu apoio do programa, mas, no momento está sem apoiador.

Gráfico 9 – Sobre o acesso ao Aluno Apoiador do CIA



Fonte: Pesquisa da autora

Para entender a relevância do Aluno Apoiador, para a formação dos estudantes entrevistados, realizamos as seguintes questões:

Questão 7. “Caso receba ou já recebeu apoio, quantos estudantes apoiadores são necessários para cada período semestral”? O entrevistado E1 respondeu que precisa de “dois” apoiadores. Os demais entrevistados responderam:

Dependendo, se for as 6 disciplinas preciso de 3. Tranquei uma disciplina porque estou só com 1 apoiadora. (E2)

Depende das disciplinas que eu pegar. Mas tenho direito a dois. (E2)

Desde o começo do curso tenho apoiador. Tinha 2 nos primeiros períodos, mas agora só tenho 1. (E4)

Só estou com um, está sendo suficiente. (E5)

Sempre tive 1, esse semestre solicitei 2 por estar nas disciplinas de aprofundamento, mas ainda estou sem nenhum. (E6)

Questão 8. “Qual a relevância desse apoiador para sua formação”?

Em todas as respostas percebe-se que o aluno apoiador é uma presença importante na formação dos estudantes, como mediador entre o estudante e os demais participantes do meio acadêmico e principalmente nas demandas pedagógicas, auxiliando nas leituras e como um

facilitador nos processos que envolve os sistemas. E5 diz que o aluno apoiador é “suficiente”.
Vejamos as demais respostas:

Os apoiadores são extremamente importantes, pois sem eles a minha formação no ensino superior ficaria completamente inviável. (E1)

Pra mim é muito importante pelo simples fato do apoio em si ser muito completo, em sala de aula e os trabalhos. (E2)

Muito importante, já que na maioria das vezes os professores não fazem as adaptações adequadas repassadas pelo CIA.¹⁹ É como se não fosse "responsabilidade" dos professores ajudar nesse quesito já que existe um apoiador. Mas nem sempre é assim, pois passei o período anterior sem apoiador tendo que trancar disciplinas pois não estava conseguindo devido à falta de inclusão dos professores. (E3)

Considero o aluno apoiador uma pessoa muito rica (E4)

O apoiador é extremamente relevante, nessas demandas de trabalho para não acontecer atrasos, entregar trabalhos e não perder os prazos, os acessos nas plataformas. Quando o aluno é do mesmo curso a gente consegue estabelecer um grupo de estudos, estudar em duplas. As pessoas que não têm deficiência passam a enxergar a vivência com olhar mais humano, fortalecendo vínculos. (E6)

Nas próximas perguntas buscamos entender mais profundamente o trabalho realizado pelo Aluno Apoiador junto aos apoiados, para isto perguntamos:

Questão 9. “Quais as atividades em sala e extrassala, que você precisa realizar com o auxílio do aluno apoiador”? Os entrevistados responderam:

Locomoção, atividades diversas (provas, resumos, tarefas), transcrições, acompanhamento em eventos etc. (E1)

Sempre preciso para fazer as atividades, trabalhos, os textos que precisa debater. (E2)

Leituras dos textos e as atividades para colocar no word. (E3)

*Quando o professor passa a prova escrita, o apoiador é fundamental, ele lê a prova, eu falo e ele transcreve, ele ajuda a ir ao banheiro. (E4)
Essa pessoa só me dá apoio na disciplina de LIBRAS²⁰, interpreta e faz os movimentos dos gestos que a professora passa. (E5)*

¹⁹ Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB - CIA

²⁰ Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Em sala de aula minha dependência é menor do que fora, para justamente resolver as questões dos trabalhos e leitura de textos, fichamentos, textos em formato digital. Eu prefiro o texto em braile que eu leio e o apoiador acompanha e é mais proveitoso e mais rápido. (E6)

Questão 10. “Quanto a relação interpessoal dentro e fora da sala de aula, como o aluno apoiador contribui para sua socialização enquanto aluno apoiado”? Obtivemos as seguintes respostas:

Eles servem de intermédio, me apresentando novas pessoas, expandindo os meus contatos com terceiros. (E1)

Sim, eles sempre fazem mediação para os grupos, para chegar em sala. (E2)

Bem, não costumo expor que tenho um apoiador para as turmas pelo mesmo motivo citado no início. Meu apoiador me ajuda não somente na sala de aula e ele auxilia na saída levando na parada de ônibus. (E3)

Sim, ele ajuda a resolver os assuntos das aulas com os colegas. (E4)

O anterior tinha mais interação, o atual só faz o necessário em relação ao pedagógico. (E5)

Nunca tive problema em socializar, eles nunca precisaram fazer essa relação. (E6)

Questão 11. “Quais as atividades realizadas pelo aluno apoiador, no que diz respeito ao conteúdo das disciplinas, e que considera indispensáveis para sua formação”? As respostas foram:

Anotação das informações passadas em aulas, auxílio em trabalhos em grupos e atividades individuais, transcrição de informações em slides ou no quadro e também de imagens. (E1)

As atividades, não tem como fazer digitação, enviar nos sistemas. (E2)

Leituras dos textos antes das aulas e durante as atividades. (E3)

Considero que eles ajudam muito. (E4)

Auxilia na leitura dos textos. (E5)

Colocar os trabalhos nos sistemas e plataformas da UFPB. (E6)

Os relatos dos estudantes com relação a seus apoiadores diferem de acordo com a necessidade de cada sujeito, porém, são muito valiosos para percebermos a grande importância da realização deste apoio e, a diversidade das funções que se pode exercer em cada situação. Como ser único, cada sujeito apresenta uma necessidade específica no processo social e educacional, o que reforça ainda mais a importância de estarmos sempre buscando a melhor maneira de se trabalhar a prática pedagógica, a inclusão e a acessibilidade no ambiente educacional.

Fazer valer a legislação para EE é necessário para que todos possamos atuar de maneira inclusiva. As políticas educacionais tratadas na Resolução nº 34 de 2013, que Institui a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB e cria o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, traz como competência do CIA:

IV- Implementar soluções para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação visando à melhoria da qualidade do atendimento educacional oferecido pela instituição e para garantir a acessibilidade em todos os âmbitos; (UFPB, 2013, p. 3)

Dentre estas soluções surgiu o Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência - PAED, “O apoiador tem como principais obrigações dar suporte às atividades em sala e ajudar na mobilidade do estudante apoiado pelo campus”. (UFPB, 2019, *online*)

Os estudantes apoiadores recebem formação continuada, que acontece em encontros síncronos a cada 15 dias, com professores e profissionais capacitados ao trabalho com PCD's, para que possam assistir aos estudantes com mais segurança e conhecimento sobre cada deficiência.

Cada deficiência apresenta sua especificidade, no caso da deficiência visual, as particularidades são pertinentes para a escuta, descrição e locomoção, neste sentido, é preciso entender que a pessoa pode precisar ou não de ajuda e, portanto, sempre é preciso perguntar se ela quer algum tipo de ajuda. Ao conduzi-la, questionar qual a melhor forma e ao descrever algum ambiente, imagem e/ou situação, é importante trazer os pontos mais importantes para compreensão sobre a cena. Com as questões pedagógicas, é muito importante que o estudante apoiado tenha a maior autonomia possível para compreensão dos conteúdos sendo o apoiador um auxílio para o estudante no que for necessário, porém, este apoiador jamais poderá realizar as atividades pelo seu apoiado.

Seria extremamente relevante promover este tipo de formação para toda a comunidade acadêmica, uma vez que, estudantes, servidores, prestadores e docentes, com e sem deficiência, convivem diariamente.

4.2.4 Sugestões propostas pelos entrevistados

Pensando em proporcionar uma melhor relação tanto entre o estudante apoiado e o Aluno Apoiador, como para a comunidade no Centro e melhores condições naquele espaço educativo, questionamos aos entrevistados:

Questão 14. “Sobre o assunto abordado neste questionário, deixe alguma sugestão sobre: como os envolvidos neste meio, podem contribuir para torná-lo um ambiente mais inclusivo. Recebemos as seguintes sugestões:

Os professores necessitam de noções de audiodescrição. (E1)

Precisa ter mais discussões sobre a inclusão, com os professores e com alunos. Consciência para os alunos contribuam mais no processo de formação da pessoa com deficiência. (E2)

Notar o aluno assistido pelo CIA e sempre questionar se está adaptado da forma correta ou se é necessário ajustar algo. (E3)

Que as pessoas envolvidas que encontram com pessoas com deficiência tenham mais empatia, procurar saber mais como adaptar os materiais, quando a gente faz a matrícula são informados pelo CIA que tem pessoa com deficiência, mas na sala não percebemos muito isso. (E4)

Os seguranças poderiam ajudar a pessoa com deficiência na locomoção. (E5)

A sugestão que eu faço é que a partir da própria coordenação possa promover o fortalecimento das relações humanas, as pessoas estão se afastando. Pode partir da coordenação, de trabalhos de estudantes, outros. (E6)

É perceptível que há uma carência de um espaço mais inclusivo, bem mais que os próprios aspectos relacionados a acessibilidade. A adaptação dos ambientes é um conforto que todos nós precisamos para que haja um relacionamento saudável, em um ambiente educativo, é essencial à aprendizagem, uma vez que todos aprendemos de maneiras diferentes.

É preciso mais uma vez relembrar a responsabilidade do poder público, em fazer acontecer de maneira contínua, a inclusão e a acessibilidade no ambiente educacional e, a formação e capacitação dos profissionais atuantes com o público-alvo da EE, conforme Estatuto da pessoa com deficiência:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: (...) V – adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a

aprendizagem em instituições de ensino; (...) X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; (Brasil, 2019, p. 20)

A Resolução nº 34 de 2013 da UFPB, coloca como uma das competências do CIA no Art.5º, “III - Apoiar e Orientar as Coordenações de Curso de qualquer unidade acadêmica para identificar, acompanhar e desenvolver ações a fim de suprir as demandas dos discentes com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação”. Cabe ao CIA promover cada vez mais as ações pertinentes para dar apoio às coordenações. A estas por sua vez, cabe buscar orientações para fazer valer a legislação interna e o estatuto da pessoa com deficiência no que diz respeito a inclusão e a acessibilidade.

E por fim, questionamos:

Questão 15. “Sobre o assunto abordado neste questionário, deixe alguma sugestão sobre: como o Centro de Educação poderia atuar para ser cada vez mais, um ambiente educacional inclusivo”. Vejamos as respostas:

Melhoria do espaço físico com piso nivelado e acréscimo de pisos táteis, houve um incremento recentemente, mas apenas em pequenos trechos. (E1)

A estrutura precisa melhorar. Facilitar os acessos para chegar a sala de aula com autonomia, pois não há. (E2)

Os professores poderiam ter mais atenção no aluno assistido pelo CIA, pois são notificados sobre cada limitação e recomendações de incluir esse aluno na sala de aula e ajustar o plano do curso. (E3)

Pense mais nas pessoas que são deficientes, falam muito em acessibilidade, mas não percebemos quase nada. (E4)

Colocar piso tátil no PPGE, sinalização nas salas, apoio efetivo para as disciplinas. (E5)

Promover um treinamento para as pessoas com deficiência, principalmente quando entram, sobre os softwares e programas da universidade, para que possam estar acessíveis também. (E6)

Partindo dos diálogos estabelecidos durante as entrevistas e de todas as respostas coletadas, percebemos que os estudantes com deficiência visual que participaram deste estudo, entendem a importância de seus ingressos no ensino superior e estão em sua grande maioria, satisfeitos com o curso que escolheram para sua vida profissional.

No que diz respeito a inclusão no ambiente educacional, percebemos que apesar das políticas internas da UFPB, bem como a legislação nacional acerca da pessoa com deficiência,

ainda não são suficientes para garantir um espaço verdadeiramente inclusivo. Outro ponto preocupante que percebemos durante as entrevistas, é o fato de recebermos respostas que nos remete a baixa autoestima de alguns sujeitos, por causa da deficiência, que faz com que a pessoa prefira não se identificar como pessoa com deficiência dentre os demais estudantes.

Entendemos que, promover o diálogo para com toda a comunidade acadêmica é uma necessidade urgente, para que temas como: Diversidade, Autorreconhecimento, Autonomia, Capacitismo, Tolerância, Empatia, entre outros, possam ser uma pauta permanente, até chegarmos a uma mudança de comportamento. A convivência consciente e saudável com a diferença é essencial, tanto para a autoaceitação como para entendermos o outro. É preciso também atentar para a acessibilidade, tanto dos conteúdos como dos espaços de aulas e de vivências como um todo, uma vez que, é preciso garantir o máximo de autonomia para que a pessoa com deficiência e com algum tipo de mobilidade reduzida, possa exercer sua cidadania.

A participação do estudante de apoio, como vimos, é uma política educacional relevante e de extrema importância para a prática educativa e social do estudante apoiado. No entanto, não deve ser a única possibilidade de acessibilidade, é importante e de direito, que cada sujeito tenha o máximo de independência para a vida dentro e fora do Campus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal identificar os principais desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência visual, durante a formação no curso de Licenciatura plena em Pedagogia da UFPB e, a importância do Aluno Apoiador neste processo.

Por meio dos objetivos específicos, foi possível identificar as conquistas sociais alcançadas ao longo da história pelas pessoas com deficiência, o que inclui a educação inclusiva como um dos direitos básicos deste público e, como dever e garantia do estado. No entanto, no ambiente em que realizamos este estudo, as práticas educacionais ainda são insuficientes no que diz respeito a inclusão e a acessibilidade.

Através desta pesquisa percebemos que, ao conseguir o acesso ao ensino superior, os maiores desafios enfrentados pelos estudantes estão relacionados à pouca inclusão no espaço educacional, tanto no aspecto social, como, principalmente para as questões pedagógicas, no que diz respeito as práticas pedagógicas e a acessibilidade dos recursos, que por não serem adaptados de acordo com suas necessidades educacionais, não possibilitam uma condição maior de autonomia e independência.

De acordo com os estudantes, muitos docentes ainda estão aquém no sentido de atuarem com uma prática pedagógica inclusiva e acessível. O aluno apoiador neste processo, tem papel fundamental e de muita importância para a formação destes sujeitos no curso de graduação, sendo este apoiador atuante na condução dos estudantes, auxiliando no contexto pedagógico e agindo como um mediador para as relações sociais.

Sobre a inclusão é preciso ressaltar que, na verdade trata-se de uma questão social e cultural. Será que nossa sociedade conseguiu superar as questões históricas com relação a deficiência? Os diversos momentos históricos que proporcionaram preconceitos sociais e culturais foram ultrapassados? É preciso construir debates frequentes para que se possa desvelar as crenças capacitistas acerca da pessoa com deficiência e, para a inclusão de toda a população que por algum motivo seja socialmente marginalizada.

Sobre a formação dos profissionais de educação e sua atuação no meio acadêmico como um todo, é dever da instituição promover a qualificação por meio de formações continuadas, conforme versa o Estatuto da pessoa com deficiência. A acessibilidade arquitetônica também é um direito e precisa ser melhor avaliado.

Apesar de entender que a inclusão é uma questão social, é preciso ter como compromisso, promover a conscientização nos espaços sociais, principalmente os educacionais, para que a escola consiga ultrapassar as barreiras da integração e do capacitismo.

Nos espaços de formação docente principalmente, é fundamental que se pense práticas mais acessíveis e que cada sujeito individualmente possa rever seus conceitos e preconceitos, assim será possível formar profissionais para uma prática inclusiva, elevando o respeito e a inclusão para além da escola.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR:9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. NORMA ABNT NBR BRASILEIRA ICS ISBN 978-85-07- Associação Brasileira de Normas Técnicas, Terceira edição, 2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/temas/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-015/view>. Acesso em 18/05/2023.

ANDRESSA, Marchesan. REJANE FIEPKE, Carpenedo. Capacitismo: entre a designação e A significação da Pessoa Com Deficiência. **Revista Trama**, Volume 17 , número 40, Ano 2021 (p. 45-55). Disponível em: <file:///C:/Users/cleci/OneDrive/Documents/12%20periodo/TCC%201/admin,+Gerente+da+revista,+4+MARCHESAN+E+CAPERNEDO.pdf> Acesso em: 22/03/2023.

BRASIL. **Aviso circular nº 277/MEC/GM, de 08 de maio de 1996** – Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/legislacao-de-educacao-especial> Acesso em: 24/04/2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 13/03/2023.

BRASIL. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, 2011, Planalto. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.611%2C%20DE%2017,especializado%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias Acesso em: 24/04/2023.

BRASIL. PARECER CNE/CEB nº: 13/2009. **Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. MEC - Ministério da Educação, Brasília - DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_CEB_132009.pdf Acesso em: 24/04/2023.

BRASIL. Lei nº 10.098, De 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. – 3. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. (p. 9-11; 19-22). Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf Acesso em: 24/04/2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf Acesso em: 24/05/2023.

BRASIL, Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. Brasília, DF, 2016. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm Acesso em: 24/04/2023.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB.** – 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Brasília, DF. (p. 9-10; 29-30; 39) Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bas_es_2ed.pdf Acesso em: 24/04/2023.

BRASIL. **LEI Nº 14.126, DE 22 DE MARÇO DE 2021. Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.** Brasília, DF. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14126.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.126%2C%20DE%2022,defici%C3%Aancia%20sensorial%2C%20do%20tipo%20visual.&text=Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico.,disposto%20no%20caput%20deste%20artigo. Acesso em: 14/06/2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação. MEC/SEESP. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, DF, Janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em: 24/04/2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida - PNEE.** Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação.: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020 Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/PNEE_revisao_2808.pdf Acesso em: 24/04/2023.

BRASIL **Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994** – Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. Ministério da Educação – MEC. Brasília, DF, 1994. Disponível em: Microsoft Word - Documento14 (mec.gov.br) Acesso em: 24/04/2023.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Brasília, DF. Setembro de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14/06/2023.

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da educação especial** Revista Brasileira de Educação Especial, 1995. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v02n03/v02n03a02.pdf> Acesso em 15/03/2023

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Acessibilidade na câmara.** Brasília-DF, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acesibilidade/glossarios/glossario.html> Acesso em: 23/05/2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sancionada lei que classifica visão monocular como deficiência visual.** Janary Júnior. Brasília-DF, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/738508-sancionada-lei-que-classifica-visao-monocular-como-deficiencia-visual/#:~:text=A%20Lei%2014.126%2F21%2C%20baseada,benef%C3%ADcios%20das%20pessoas%20com%20defici%C3%Aancia>. Acesso em: 14/06/2023. Acesso em: 23/05/2023.

CIA. **Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência: Manual de orientações ao estudante apoiador**. Universidade Federal da Paraíba, PB. 2016. Disponível em: [home — universidade federal da paraíba - UFPB comitê de inclusão e acessibilidade - cia](#) Acesso em 10/03/2023.

DÍAZ, Félix. BORDAS, Miguel, GALVÃO, Nelma. MIRANDA, Theresinha. (orgs.) SANTOS, Elias Souza dos. et al. (autores) **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**, (Cap. 1 - A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência p. 27-37) - Salvador: EDUFBA, 2009. 354p Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/170/3/Educacao%20Inclusiva.pdf> Acesso em 10/03/2023.

FERREIRA, Renato Martins Redovalio. BRAZ, Ruth Maria Mariani. A orientação e mobilidade como prática para inclusão de pessoas com deficiência visual. **VII Congresso Nacional de Educação - CONEDU**. Maceió - AL, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ruth-Mariani-Braz/publication/347974626_A_ORIENTACAO_E_MOBILIDADE_COMO_PRATICA_PARA_INCLUSAO_DE_PESSOAS_COM_DEFICIENCIA_VISUAL/links/5feaf45492851c13fed038ca/A-ORIENTACAO-E-MOBILIDADE-COMO-PRATICA-PARA-INCLUSAO-DE-PESSOAS-COM-DEFICIENCIA-VISUAL.pdf Acesso em: 28/05/2023.

FRAZÃO, Aline Aparecida Nascimento. *et al.* Tecnologia Assistiva: Aplicativos Inovadores para estudantes com Deficiência Visual. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 85076–85089, Curitiba, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n11-066. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/19368>. Acesso em: 15/06/2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6ª Edição, São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 5ª edição, São Paulo: Editora Alínea, 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior 2021: apresentação dos resultados**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf Acesso em 15/05/2023

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados> Acesso em 15/05/2023

KASTRUP, Virgínia. POZZANA, Laura. Encontros com a deficiência na universidade: deslocando o capacitismo em oficinas de formação inventiva. **Mnemosine** Vol.16, nº1, p. 33-52 (2020) – Parte Especial - Artigos. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=capacitismo+defici%C3%Aancia&hl=pt-BR&as_sdt=0,5 Acesso em: 14/06/2023.

KUTIANSKI, Felipe Augusto Tavares; JUNIOR, André Geraldo Brauer. Da antiguidade a contemporaneidade: uma revisão histórica do preconceito aos deficientes físicos na sociedade. **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**, v. 1, n. 5, 2010. Disponível

em:file:///C:/Users/cleci/OneDrive/Documentos/12%20periodo/TCC%201/2082-Texto%20do%20artigo-8240-1-10-20170213.pdf Acesso em: 13/05/2023.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. Cap. 1 (p. 29-53). São Paulo: Avercamp, 2006.

LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. SANFELICE, José Luís. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Estudo Um: Exclusão Incluyente e Inclusão excludente (p. 77-95) 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (coleção educação contemporânea). Acesso em 15/05/2023

MEC. **Programa Incluir**. Documento Orientador do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior. Ministério da Educação. Brasília, DF. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir> Acesso em: 14/06/2023.

MOREIRA, Letícia Alves. **Uma perspectiva de análise sobre a inclusão de alunos com deficiência na graduação da UFPB a partir da mediação do CIA**. João Pessoa: UFPB, 2022. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/25880/1/TCC%20pronto%20pra%20ba%20nca.pdf1.pdf>. Acesso em 15/05/2023

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16. Disponível em: <https://campanhas.cnnb.org.br/wp-content/uploads/2015/04/comochamaraspessoas.pdf> Acesso em 15/05/2023

SASSAKI, Romeu Kazumi. Paradigma da inclusão e suas implicações educacionais. In: **Revista Fórum**. 2002. p. 9-18. Disponível em: <file:///C:/Users/cleci/OneDrive/Documentos/12%20periodo/TCC%201/1129-Texto%20do%20Artigo-3310-1-10-20200621.pdf> Acesso em 15/05/2023

SANTOS, Jusiany Pereira da Cunha dos. VELANGA, Carmem Tereza. BARBA, Clarides Henrich. **Os paradigmas históricos da inclusão de pessoas com deficiência no Brasil**. Revista Educação e Cultura Contemporânea, América do Norte, 141508 2017. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/3237/1664> Acesso em 15/05/2023

SILVA NETO, Paulino Joaquim da. **Inclusão da pessoa com deficiência na educação superior: o comitê de inclusão e acessibilidade da UFPB para o acesso e a permanência** / João Pessoa, 2021. PaulinoJoaquimDaSilvaNeto_Dissert.pdf (ufpb.br) Acesso em 15/05/2023

UFPB. **Histórico**. Universidade Federal da Paraíba, PB. 2014. Disponível em: [Histórico | Universidade Federal da Paraíba](https://www.ufpb.br/historico) (ufpb.br) Acesso em 15/05/2023.

UFPB. **Apoio ao Estudante com Deficiência**. Pró-reitoria de assistência e promoção ao estudante - PRAPE. Universidade Federal da Paraíba, PB. 2019. Disponível em: <https://www.ufpb.br/prape/contents/menu/auxilios-e-apoios/apoio-ao-estudante-com-deficiencia> Acesso em 15/05/2023.

UFPB. Resolução nº 34/ 2013 **Institui a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB e cria o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB**. Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, PB, 2013. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/menu/cia-2/resolucoes/resolucao-que-institui-a-politica-de-inclusao-e-acessibilidade-na-ufpb-e-cria-o-cia.pdf/view> Acesso em 15/05/2023

UFPB. **Núcleo de Educação Especial completa 30 anos.** NEDESP - CE. Universidade Federal da Paraíba, PB. 2020. Disponível em: Núcleo de Educação Especial completa 30 anos — UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB NEDESP - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL Acesso em 15/05/2023.

UFPB. **Sobre o CE.** Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, PB. 2016. Disponível em: Sobre o CE — UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE Acesso em 15/05/2023.

UFPB. **Regulamento do Nedesp.** Nedesp - CE. Universidade Federal da Paraíba, PB. 2020. Disponível em: regulamento do nedesp — universidade federal da paraíba - ufpb nedesp - núcleo de educação especial Acesso em 15/05/2023.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.** Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994. Disponível em: Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtien, 1990 - UNESCO Digital Library Acesso em 15/05/2023.

APÊNDICE – Instrumento de coleta – Questionário

Concorda com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e, deseja participar desta pesquisa? *

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, XXXX, em pleno exercício dos meus direitos, concordo em participar do estudo intitulado **Os desafios dos estudantes com deficiência visual no curso de Pedagogia da UFPB e a importância do Aluno Apoiador em seu processo de formação.**

Declaro estar ciente de que a pesquisa tem como objetivo geral: **Identificar os principais desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência visual, durante a formação no curso de Licenciatura plena em Pedagogia da UFPB, e a importância do Aluno Apoiador neste processo.**

Minha identidade jamais será publicada. Os dados colhidos poderão ser examinados por pessoas envolvidas no estudo com autorização delegada do investigador e, estou recebendo uma cópia deste Termo.

- O pesquisador garante e se compromete com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações pessoais fornecidas para esta pesquisa, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18) e Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.
- Embora não haja nenhuma garantia com este estudo, as informações fornecidas pelos participantes voluntários, poderão contribuir para que o CE UFPB seja um ambiente mais inclusivo e acessível.
- Para participação nesta pesquisa não haverá custos e/ou despesas financeiras. Este estudo não apresenta danos para integridade física e financeira dos participantes voluntários, portanto, não haveria necessidades de indenização por parte da equipe científica e/ou da instituição responsável.
- A participação é inteiramente voluntária. Uma vez aceitando participar desta pesquisa, o voluntário é livre para abandonar o estudo a qualquer momento sem que isto afete o seu cuidado ou relacionamento futuro com a equipe e a instituição.
- Ao final da pesquisa, o participante voluntário que demonstrar interesse, poderá solicitar acesso ao seu conteúdo e caso desejar, discutir os dados com a pesquisadora.
- Qualquer dúvida, solicitação de esclarecimento ou informação, o participante poderá entrar em contato com a equipe científica no número **(83) 99689-7641** com **Clécia Rodrigues da Silva Rocha**.
- Desta forma, uma vez este documento tendo sido: Lido, Discutido, Esclarecido e Aprovado e, por estar de pleno acordo com o teor deste, dato e assino o termo de consentimento livre e esclarecido.

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

Nome do Estudante (opcional)

Deficiência visual *

Marcar apenas uma oval.

☐ Total

☐ Baixa visão

Cursando entre os períodos *

Marcar apenas uma oval.

☐ 1º ao 3º

☐ 4º ao 6º

☐ 7º acima

1. Sobre o curso de Pedagogia, você se sente: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Insatisfeito

☐ Satisfeito

☐ Muito Satisfeito

☐ Ainda está avaliando

2. Sobre a Inclusão no Centro de Educação, você avalia como: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não Inclusivo
- ☐ Pouco inclusivo
- ☐ Inclusivo
- ☐ Muito inclusivo
- ☐ Ainda está avaliando

3. Sobre o contexto pedagógico (materiais, exposição das aulas, corpo docente e discente): *

Você descreveria como inclusivo?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Raramente
- ☐ Sempre
- ☐ Nunca
- ☐ Parcialmente

3.1 Sobre o contexto pedagógico: *

Em relação a questão 3, descreva os principais desafios que enfrenta durante a formação e o que considera como pontos positivos no processo de inclusão.

4. Sobre a acessibilidade (Espaço físico, mobiliário, sistemas tecnológicos, sanitários, entre outros): *

Você descreveria como um espaço acessível?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Parcialmente
- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Ainda está avaliando

4.1. Sobre a acessibilidade: *

Em relação a questão 4, descreva os principais obstáculos que encontra e que em sua opinião torna o ambiente não acessível e o que considera como pontos positivos para a acessibilidade no Campus.

5. Sobre o capacitismo: *

Você já viveu ou presenciou algum contexto que considera capacitista?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei ou não percebi.

5.1. Sobre o capacitismo: *

Em relação a questão 5, poderia descrever algo que vivenciou ou presenciou e que considera uma prática capacitista?

6. Você recebe apoio do programa Aluno Apoiador do CIA (Comitê de Inclusão e Acessibilidade)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Já recebi mas no momento estou sem apoio.
- ☐ Estou aguardando apoio.

7. Caso receba ou já recebeu apoio, Quantos estudantes apoiadores são necessários para cada período semestral? *

8. Qual a relevância desse apoiador para sua formação? *

9. Quais as atividades em sala e extra sala, que você precisa realizar com o auxílio do aluno apoiador? *

10. Quanto a relação interpessoal dentro e fora da sala de aula, como o aluno apoiador contribui para sua socialização enquanto aluno apoiado? *

11. Quais as atividades realizadas pelo aluno apoiador, no que diz respeito ao conteúdo das disciplinas, e que considera indispensáveis para sua formação? *

12. Você tem acesso ao NEDESPE (Núcleo de educação especial) ? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Ainda estou buscando o núcleo.
-

- 12.1 Caso positivo para questão anterior, relate a relevância do NEDESPE em seu processo de formação *

13. Sobre o seu processo de formação no Centro de Educação, existe outros fatores que considera barreiras impeditivas e que gostaria de relatar? *

14. Sobre o assunto abordado neste questionário, deixe alguma sugestão sobre: como os envolvidos neste meio, podem contribuir para tornar um ambiente mais inclusivo. *

15. Sobre o assunto abordado neste questionário, deixe alguma sugestão sobre: como o Centro de Educação poderia atuar para ser cada vez mais, um ambiente educacional inclusivo. *
